



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 427 - DE 05 a 19 DE FEVEREIRO DE 2012 - R\$ 3,00

FORA A POLÍCIA DO PINHEIRINHO! EM DEFESA DA MORADIA PARA TODOS!



**Dilma: exproprie o Pinheirinho
e o entregue aos moradores**



**Estudantes da USP mantêm a greve
contra a repressão e a PM em 2012**



**Bahia: PM em greve pelo
reajuste salarial**

Oposição revolucionária a Dilma

Massacre no Pinheirinho

Nunca confiar na Justiça

Nunca se desarmar diante dos opressores

Faz parte do ABC do marxismo jamais confiar na Justiça. Essa premissa vale como princípio. A explicação é simples e visível: porque a Justiça é parte do ordenamento do Estado capitalista e, portanto, expressa sempre o direito burguês de propriedade.

Não se trata de não utilizar nunca o recurso legal, por princípio. Como último recurso, é usado para desfazer ilusões que porventura bloqueiam a ação direta dos explorados contra os exploradores. Assim, é um dever da direção do movimento expor aos explorados que não se deve confiar na Justiça e sim confiar tão-somente em suas próprias forças coletivas.

Também se pode usar o conflito interburguês, mas com o mesmo princípio e critério. Dizemos isso porque toda luta traz lições. E uma delas está em que o direito de propriedade está acima dos conflitos e posições das autoridades governamentais.

O governo de Dilma Rousseff se interessou pelo caso do Pinheirinho e decidiu participar das negociações em torno de uma solução pacífica. Foi acordado o prazo de 15 dias para se encontrar uma saída, tempo que a Justiça do Estado de São Paulo deveria aguardar, suspendendo a ordem de reintegração. Segundo informações, o grupo Selecta, dono da massa falida havia aceito. No entanto, o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury (PSDB), boicotou a iniciativa. Por trás dessa posição, estava o governador Geraldo Alckmin e seu partido, o PSDB. A decisão de arrancar os moradores à força e golpear as lideranças da ocupação já havia sido tomada.

A presença do governo federal foi considerada pelo PSDB uma intromissão. Essa divergência se expressou no Judiciário. A Justiça Estadual responde ao governador que a ordenou não respeitar o acordo dos 15 dias. Diante da iminência da Polícia Militar de invadir o Pinheirinho, o juiz federal Samuel de Castro emitiu uma ordem de suspensão da operação, entregue ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), que simplesmente a ignorou. A juíza federal Roberta Monza Chiari, de madrugada, suspendeu a autorização do TJSP. No entanto, no ato, um juiz federal, Carlos Alberto Antonio Junior, não por acaso de São José dos Campos, cassou a liminar da juíza. Estava o Batalhão de Choque da Polícia Militar livre para a missão antipopular dos governos do PSDB.

Ficou a dúvida entre os juristas se não era o caso de se aguardar uma decisão final do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Uma vez que os cães protetores da propriedade privada e dos interesses particulares do empresário Naji Nahas já haviam enxotado os moradores, o governo federal se recolheu e com ele a sua Justiça. Não seria o Pinheirinho uma razão para desencadear um choque entre o mais poderoso estado da federação e a União, o poder central da burguesia. As disputas políticas entre o PSDB e PT vão até onde a demagogia do reformismo é suportável ao poder real da classe capitalista e de



suas instituições.

O governador Alckmin e a Justiça de São Paulo comandada por ele não queriam nenhuma solução que não concluísse com a desocupação da área. O governo federal entrava com a diretriz pacificadora e com a disposição de colaborar com o governo estadual e municipal para uma saída negociada. Mas esta implicava desapropriar a propriedade. Não havia outra alternativa. Os governos do PSDB não abriam mão de escorraçar os ocupantes. O interesse econômico, a posição política e a orientação ideológica da direita peessedebista estavam cristalizados.

Não seria a hipocrisia dos direitos humanos e da política de “inclusão social” que iria demover o fascista Alckmin. A corja de juizes do judiciário paulista foi acionada para pôr fim a quatro anos de pendência. A corja da justiça federal, por sua vez, não seguia nada de concreto, a não ser o jogo demagógico e eleitoreiro do governo federal.

As lideranças do Pinheirinho confiaram na possibilidade de Dilma Rousseff modificar a inflexibilidade do governo estadual e do prefeito. Juntamente com os moradores, festejaram a suspensão da reintegração e acreditaram que uma solução positiva estava próxima. Assim, foram tomados de surpresa no raiar do dia 22 de janeiro. Estavam desarmados para qualquer resistência, por elementar que fosse.

Acima de tudo o direito burguês de propriedade

A forma como milhares de trabalhadores com suas famílias foram expulsos de suas casas e de seu bairro Pinheirinho pela tropa de choque expôs o brutal antagonismo que existe entre a burguesia e os explorados, entre o governo e as massas oprimidas e entre as necessidades coletivas da maioria e a propriedade privada capitalista. Não se pode compreender claramente o porquê da Justiça e do governo enxotar mil e seiscentas famílias de suas habitações, consideradas ilegais, sem se buscar as causas últimas nas relações capitalistas de propriedade e na luta de classes.

O governo federal do PT e do Estado de São Paulo do PSDB poderiam ter chegado a um acordo de manutenção da ocupação do Pinheirinho, desapropriando o terreno sob indenização. As-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

sim fazendo, estariam preservando os interesses do empresário Naji Nahas e dos seus credores e, ao mesmo tempo, garantindo o direito burguês de propriedade. Cento e cinquenta milhões, como se avalia a área, não é nada para os cofres públicos.

Não é preciso mostrar o quanto os politiquinhos e os burgueses parasitas dilapidam os Orçamentos da União. Também não é o caso de se estender na constatação de que o governo petista “regularizou” grandes propriedades fundiárias obtidas por latifundiários por meio da grilagem. Bem, Pinheirinho é uma ninharia para o Brasil que empresta dinheiro para o FMI, que está disposto a auxiliar a Europa a sair da crise e que paga bilhões de dólares somente em juros da dívida pública.

Como se vê, dinheiro e solução jurídica era o de menos. O fundamental se encontra no fato das famílias terem violado o direito burguês de propriedade por meio da ocupação.

Outros fatores, certamente, condicionaram a decisão política do governo do PSDB em colocar a Justiça e a tropa de choque a serviço de Naji Nahas. A valorização do terreno e a especulação imobiliária são fortes componentes de pressão contra uma desapropriação que levaria a uma negociação por baixo. Os ganhos dos empresários serão altíssimos com a devolução da enorme área comercial de 1,3 milhão de metros quadrados.

O fato do prefeito de São José dos Campos querer a derrota de uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), apoiada pelo Sindicato Metalúrgico e dirigida pelo PSTU não deixa de ter importância, embora não decisiva.

Uma ocupação por moradia facilmente cai nas mãos dos politiquinhos, caso o poder público intervenha com dinheiro e prebendas. É o que agora farão o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Eduardo Cury com a promessa de alocar parte das famílias desamparadas. Garantido o direito burguês da propriedade, derrotado o MTST, enxotados os moradores, dispersadas as famílias, é bom para o governador e o prefeito apresentarem-se perante as vítimas não mais como seus algozes, mas como seus salvadores.

É necessário um trabalho de reagrupamento das forças pela recuperação do Pinheirinho. A via do assistencialismo dos algozes deve ser denunciada sem atenuantes, ainda que as famílias desesperadas coloquem seus pescoços na corda armada por Alckmin-Cury-PSDB.

Lamentos e responsabilidade do governo petista

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, lamentou que o governo de São Paulo tenha optado em transformar o Pinheirinho em “praça de guerra” e não em uma “saída negociada e humana para as famílias”. Referiu-se também ao fato do secretário nacional da Articulação Social, Paulo Maldos, ter sido alvejado por balas de borracha. Gilberto Carvalho apenas considerou grave o acontecido, mas nada que pudesse estremecer as relações do governo federal com o estadual de oposição. Disse que era “grave” e não “imperdoável”.

É bom reproduzir o ocorrido, para ver até que ponto chega a política de conciliação de Dilma com Alckmin. Relata o ministro: “Ele (Paulo Maldos) é interrompido (durante a negociação), desrespeitado pela polícia. Quando ele mostra a carteira de funcionário público federal, os guardas o desrespeitam e metem bala nele”. (O Estado, 24/1) Eis, por sua vez, o que diz



Maldos: “Eu tenho militância há algumas décadas, antes da ditadura militar, e pela primeira vez sou agredido dessa maneira, exatamente durante a democracia. E, como representante da presidente da República, sou agredido por uma bala (de borracha) desferida a poucos metros”.

O coitadinho do representante de Dilma Rousseff achou que bastariam suas convicções de democrata burguês e a carteirinha de secretário para os policiais o respeitarem. A orientação de Alckmin para a polícia foi a de não se deter diante da interferência do governo federal. Sabia perfeitamente que os petistas apenas jogavam com o Pinheirinho e que pelas regras burguesas Dilma não iria criar um caso de conflito federativo por causa de mil e seiscentas famílias, que para os agentes da propriedade privada não passam de uns tantos pobres diabos.

Palavras, lamentações e resmungos não servem para nada diante da força policial que foi lançada sobre as famílias trabalhadoras.

No Fórum Social, de Porto Alegre, Dilma Rousseff qualificou de “bárbara” a reintegração de posse do Pinheirinho. A ministra Maria do Rosário, da Secretaria dos Direitos Humanos, acha que os moradores enxotados pela polícia de Alckmin tiveram os direitos humanos violados “não apenas na operação, na destruição das casas, mas também na falta de preparação de um lugar para as pessoas irem.”

A esperta Maria do Rosário “acredita que a juíza que determinou a desocupação desconhecia a negociação que havia sem se preocupar com a retaguarda necessária para salvar o direito das famílias”. (Estado, 28/1) Infâmia! A juíza sabia perfeitamente que estava protegendo o direito burguês de propriedade e sabia que a polícia iria expulsar as famílias sem dó, nem pena! Ocorre que os pequeno-burgueses petistas se curvaram e finalmente se ajoelharam perante a propriedade privada burguesa, sem contudo se desfazerem do véu dos direitos humanos que serve para acobertar a barbárie capitalista.

O ministro Gilberto Carvalho voltou a se pronunciar: “Não se trata de contestar decisão da Justiça, mas de dialogar com a Justiça, que é sensível a soluções negociadas”. Infame! Mentiroso! A Justiça não negocia nada em favor dos explorados. Impõe as condições dos poderosos. Expressa a defesa da propriedade privada dos meios de produção e da riqueza acumulada pela burguesia contra a vida das massas oprimidas. Os juízes são cordeirinhos diante do capital e lobos diante dos pobres e oprimidos.

Os petistas não estavam pela defesa das famílias do Pinheirinho, contra o proprietário Nahas e o governo do PSDB. O que queriam era amenizar as consequências do desalojamento de milhares de pessoas. As lideranças do movimento de ocu-

pação haviam a tempo reivindicado do governo federal, ainda na administração de Lula, a desapropriação da área, sabendo da inflexibilidade do prefeito e do governador peessedebistas. A solução foi empurrada para a frente, até o desfecho bárbaro de 22 de janeiro.

Respeitar a Justiça, como diz Gilberto Carvalho, seria, como concretamente foi, aceitar a liminar favorável à reintegração de posse. Maria do Rosário mostra a intenção do governo federal de obter um acordo se não de desapropriação, claramente rejeitado pelo prefeito de São José dos Campos, pelo menos que se tivesse uma alternativa de abrigo.

Para os petistas, a barbárie não está em arrancar as famílias de suas casas, mas sim de não ter de alguma forma as amparado. Os reformistas, com suas políticas de direitos humanos e inclusão social, pretendem achar um lugar para um gigantesco contingente de miseráveis na ordem capitalista. Estão fadados ao fracasso. Assim, cumprem o papel de traidores das reais necessidades dos explorados e de auxiliares da burguesia na manutenção do capitalismo decadente.

Em resposta às críticas, o PSDB mostrou as inconseqüências dos petistas e a covardia do governo federal perante Alckmin, ao perguntar a Dilma porque não se encorajou e desapropriou a propriedade de Nahas. Nas palavras do presidente do PSDB de São Paulo: “Como presidente da República, ela poderia ter desapropriado o terreno com um decreto. Se não gostou da decisão da Justiça (que ordenou a desocupação), é só desapropriar.” (Estado, 28/1) A essa acusação concreta de conivência com a barbárie desfechada por Alckmin, Dilma, Carvalho e Rosário se calam. **O mínimo que o governo petista teria de fazer era imediatamente desapropriar, entregar o terreno para os moradores e reconstruir suas casas.**

Lula abraça Alckmin

Cinco dias depois da PM ter invadido o Pinheirinho, Lula recebeu a visita de Geraldo Alckmin no hospital Sírio-Libanês. Aproveitaram para tirar fotos de confraternização com o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, que também passa por um tratamento de câncer.

Sorridente, Lula pousou as mãos nas costas de Lugo e de Alckmin. Segundo relato jornalístico, o governador de São Paulo que é médico conversou sobre acupuntura com o Lula paciente. O conselho foi de que é preciso aos doentes terem “força e ânimo no combate à doença”.

Essa conversa amigável e animadora ocorreu como se Alckmin não fosse responsável por ter destruído mais de um milhão de casas e posto na rua pais de família, crianças e velhos. É como se Lula não tivesse visto as cenas de barbárie no Pinheirinho e não soubesse que o governador desconheceu a interferência de Dilma.

As dores dos pobres e oprimidos não dizem respeito à vida do nordestino que migrou para São Paulo fugindo da fome. O ex-presidente deve imaginar que afinal são uns poucos coitados e que ele olhou para milhões com seu Plano de Fome Zero. Não haveria de se indispor com o governador do mais poderoso estado da União, simplesmente porque escorraçou um bando de gente de suas moradias.

Dilma vem se aproximando de Alckmin e Lula está de acordo com a boa vizinhança com o PSDB. Aproxima-se uma crise

de proporções ainda indefinidas. É bom para os partidos que dirigem o Estado burguês não excederem aos conflitos eleitorais, previstos entre situação e oposição. Todos devem cuidar para que a democracia sirva aos interesses gerais da classe capitalista.

É normal que o governo federal e o estadual tivessem posições diferentes (não divergentes) quanto à solução a ser dada à ocupação do Pinheirinho e ao destino das mil e seiscentas famílias. Não seria bom para a administração petista, que tanto fala em “inclusão social” e “direitos humanos”, passar como omissa diante de uma operação policial dessa envergadura. O que diriam as organizações de direitos humanos no exterior sobre uma eventual omissão? Não, esse pecado Dilma não cometeria.

Se o governador e seu partido oposicionista ao governo federal não aceitaram a mediação “pacificadora”, então Dilma estaria com as mãos limpas e poderia muito bem qualificar a desocupação do Pinheirinho como “barbárie”. Lula, portanto, não teria por que rejeitar a visita do bárbaro Alckmin, que aparenta civilidade ao dar atenção ao ex-presidente e à notória figura histórica do Brasil acometido de câncer. Assim, a visita de Alckmin foi preparada para dar publicidade.

A gigantesca força de vontade de se manter ativo na política burguesa exige de Lula não perder a sagacidade. Seria uma estupidez política dar um sinal, mesmo que simbólico, de que não esteve e não está de acordo com a saída policial dada ao conflito em São José dos Campos, onde o PSDB controla a prefeitura e onde a área valorizada do Pinheirinho envolve interesses do poder econômico local.

Ocorre que Lula, Dilma e o PT estão comprometidos até a medula com a classe capitalista. São obrigados a expressarem em toda circunstância o direito burguês de propriedade. Não há nada de estranho, portanto, que Lula receba Alckmin no Sírio-Libanês, como se fosse uma manifestação humanitária e de alta consideração. Mas é nosso dever denunciar o quanto o ex-metalúrgico está corrompido, uma vez que continua a enganar os explorados.

Daniel Dantas tem de volta suas fazendas

É bom comparar a desocupação do Pinheirinho com a devolução pela Justiça de 27 fazendas a Daniel Dantas. A Operação Satiagraha demonstrou claramente que o empresário se especializou em lavagem de dinheiro e evasão de divisas, por meio do banco Opportunity.

A compra e venda de fazendas fazia parte das negociatas. O juiz Fausto Martin de Sanctis colocou sob o regime de arresto imensos latifúndios. Isso ocorreu em junho de 2009, em maio de 2011, o Supremo Tribunal de Justiça anulou as investigações da Operação Satiagraha, sob o argumento de ilegalidade de escutas telefônicas, etc.

O escandaloso caso foi sendo abafado e Dantas, de criminoso passou a vítima. O processo foi arquivado e as fazendas, devolvidas ao fraudador. A Justiça de classe, corrompida, cumpriu seu dever de defender os poderosos. No caso do Pinheirinho, a juíza procedeu do mesmo modo e sob os mesmos princípios capitalistas em favor do empresário golpista Naji Nahas. Os togados fazem jus aos altos salários e aos privilégios aristocráticos.

Ato nacional em São José dos Campos

No dia 2 de fevereiro, no centro de São José dos Campos, ocorreu a concentração dos manifestantes em apoio aos moradores de Pinheirinho. Sob a direção da CSP-Conlutas, o ato de protesto contou com mais de 3 mil pessoas, em frente à Câmara Municipal. Estavam presentes o MST, o MTST, sindicatos vinculados à Intersindical e à Conlutas, PSTU, PSOL, PCB e o POR, organizações estudantis e comitês de solidariedade de vários estados do Brasil.

Uma das bandeiras centrais do protesto era a da “desapropriação do terreno e entrega aos moradores”. Inúmeras denúncias foram feitas contra o proprietário Naji Nahas, prefeito Cury e o governador Alckmin.

À frente da passeata, havia a coluna dos moradores do Pi-

nheirinho, seguida do MST e dos movimentos populares. O protesto ganhou as ruas do centro da cidade e culminou na Prefeitura.

Certamente, a manifestação ganharia mais força se estivesse inteiramente sob o comando de palavras de ordem em favor do Pinheirinho e de combate aos governantes e à Justiça, protetores dos corruptos. A dispersão se deu em função de palavras de ordem, puxadas pela Anel em cima do carro de som, despolitizadas e eleitoralistas, a exemplo “ai, ai, empurra que Cury cai”.

O POR esteve presente, distribuindo o boletim exigindo que Dilma exproprie o terreno e entregue as casas aos moradores. Ergueu a faixa condenando a violência policial de Alckmin.

Protestos em São Paulo

No dia 25, reuniram na Praça da Sé militantes das correntes de esquerda e ativistas sindicais e populares para protestar contra a desocupação do Pinheirinho, desfechada pela polícia militar a mando do governo Alckmin. As autoridades eram aguardadas para a missa. Alckmin não compareceu. Kassab entrou pelas portas do fundo. A manifestação cercou a Igreja para entregar um manifesto ao prefeito contra a violência da polícia na Cracolândia. Terminada a cerimônia religiosa, os seguranças de Kassab forçaram a retirada do prefeito por meio das costumeiras pancadarias e bombas de gás. Mesmo assim, o prefeito teve de sair pelos fundos e sob intenso protesto.

A manifestação não parou aí. Houve a passeata até a prefeitura onde havia a cerimônia de aniversário da cidade com a presença de Alckmin e Dilma. Na porta da prefeitura, mais protestos contra a violência reacionária dos governantes e da Justiça. No interior, o governador (PSDB) e a presidente (PT) se

congratulavam e recebiam medalhas do prefeito.

Três dias antes, dia 22, a polícia de Alckmin havia golpeado com balas de borracha o representante do governo Dilma (assessor do ministro Gilberto Carvalho) e passado por cima da decisão da Justiça Federal de buscar uma negociação com os ocupantes do terreno. Os lamentos de Dilma e do PT contra a ação policial no Pinheirinho ficaram para trás. O palavreado em favor da “saída negociada” se evaporou, dando lugar à face real do governo Dilma, que é de proteção dos interesses dos capitalistas e de boa vizinhança com os governantes da oposição burguesa.

Em seguida, a manifestação seguiu em direção à Cracolândia, onde concluiu o protesto. O POR usou a palavra para combater a ação policial, defender a expropriação do terreno e rechaçar a Justiça burguesa, como defensora da propriedade privadas. Divulgou o boletim e levantou as faixas do partido.

Dia 26, panfletagens nas estações de trem e metrô

O Comitê de solidariedade ao Pinheirinho, constituído em São Paulo, aprovou uma panfletagem nas estações de metrô. No dia seguinte, 26, milhares de panfletos foram distribuídos. Palavras de ordem como “Fora a polícia do Pinheirinho”, “desapropriação do terreno e entrega aos moradores”, “todo apoio aos ocupantes do terreno” e outras contra os crimes da burguesia e

de seus governantes foram agitadas pelos militantes nas catracas do metrô. Os trabalhadores mostraram receptivos à causa do Pinheirinho e contrários à ação militar do governador.

A militância porista atuou firmemente no trabalho de denúncia da barba rie capitalista juntamente com as demais forças políticas e sindicais.

Manifestação em São José dos Campos

Nesta segunda-feira, dia 23, ocorreu em São José um ato público em favor dos moradores do Pinheirinho, vitimados pela ação de despejo dos governos estadual e municipal. O ato começou por volta das dez horas da manhã e foi feita uma passeata pelo entorno do centro e terminando na Praça Afonso Pena, onde foi cedida a palavra para os presentes. Um dos camaradas do POR falou e manifestou o apoio aos moradores despejados do Pinheirinho e alertou para o engano de só se acusar o governo estadual e municipal deixando de lado o governo federal. Disse que se o governo federal quisesse teria impedido o despejo e resolvido a situação dos moradores. Não o fez porque todas as esferas do governo defendem o direito a propriedade privada acima do direito à moradia.

Havia moradores do Pinheirinho na manifestação e relataram o modo violento como foram retirados de suas casas na manhã de domingo do dia 22 de janeiro. Expressou-se aí a violência reacionária do Estado sobre a população pobre.

A manifestação foi dirigida pela Conlutas / PSTU tendo a frente o sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. Ao término da manifestação um dos representantes dos sindicatos convidou a todos para participar de uma plenária.

Na verdade, não se tratou de uma plenária e sim dos informes das ações do movimento: campanha de arrecadação de alimentos, distribuição de jornais nas portas de fábricas, etc. Novos atos e manifestações foram aprovados como parte da campanha.

Natal forma comitê potiguar de solidariedade a Pinheirinho e realiza ato público



Em plenária, convocada pela Conlutas, estiveram presentes várias organizações políticas e dos movimentos para discutir atividades relacionadas à campanha de apoio a Pinheirinho. O encaminhamento aprovado foi a formação de um Comitê Potiguar de Solidariedade ao Pinheirinho que encaminhou a organização do ato no dia 31, em Natal.

Na plenária foi discutida a importância de relacionar o Pinheirinho com a defesa das ocupações em geral. O movimento não pode se intimidar diante da criminalização das lutas pelos governos federal, estaduais e municipais. Neste momento, a defesa do Pinheirinho passa pela defesa dos acampados em Natal. A luta deve estar colada à denúncia das desapropriações pelo governo de Rosalba (DEM) e Micarla (PV) em favor das obras da Copa. Em Natal, serão desapropriadas em torno de 600 famílias pelas obras da Copa. Os bairros históricos da capital desaparecerão, assim como bairros próximos ao aeroporto de São Gonçalo, privatizado pelo governo Dilma (PT).

A grande maioria das intervenções destacou a necessidade de não isentar o governo Dilma dessa responsabilidade – com exceção do militante do PT que defendeu seu governo alegando que este não estava no mesmo patamar do governo Alckmin (PSDB). O POR lembrou da repressão desfechada contra os grevistas das obras do PAC, em Jirau. Esse choque de posições serviu para delimitar políticas distintas, sem contudo inviabilizar a mobilização em torno do ato do dia 31.

Manifestação unitária em defesa do Pinheirinho

O ato do dia 31 contou com a participação de cerca de 600 pessoas. O que há muito tempo não acontecia. Compareceram massivamente os sem-teto de áreas ocupadas em Natal, sem-terra, estudantes, sindicalistas e militantes. As direções sindicais governistas (ligados ao PT) se ausentaram. As organizações no decorrer da marcha tiveram direito à palavra. Os “representantes” dos estudantes petistas tentaram canalizar a

manifestação para a política eleitoral. Mas não tiveram êxito porque a marcha dirigida pelo comitê estava inteiramente concentrada na denúncia da violência reacionária do governador Alckmin contra as famílias do Pinheirinho e organizada em torno da palavra de ordem do direito à moradia aos pobres e oprimidos.

O POR defendeu as ocupações, denunciou a repressão na USP, em Jirau, na Cracolândia e Pinheirinho. Rechaçou o avanço da criminalização dos movimentos, que vão desde os métodos repressivos até as medidas judiciais como as utilizadas nas greves de 2011 com a lei anti-greve. E concluiu com a palavra de ordem: “ocupação e resistência, capitalismo é repressão e violência”.

Continuidade do movimento

Na plenária de avaliação, no dia seguinte, o POR apresentou propostas para a continuidade do Comitê de luta, que foram aceitas. São elas:

- Panfletagem nas fábricas Coteminas e Guararapes (a ser apresentado na próxima plenária);
- Participação do comitê potiguar na calourada da UFRN dia 13/02, com exposição de fotografias das áreas de acampamentos nos bairros de Natal e denúncia do massacre de Pinheirinho;
- Atividade na Zona Norte com concentração no Nordeste da estrada da Redinha;
- Atividade nos bairros e paradas de ônibus;
- Atuação nas assembleias das educação 10 e 29/02 com proposta de contribuição a ser aprovada em assembleia;
- Que as regionais de Ceará-Mirim e São Gonçalo (que são dirigidas pelo PSTU) se integrem ao comitê, organizem atos e contribuam financeiramente;
- Convocar as associações e comitês dos atingidos pelas obras da Copa a se integrarem no comitê.

Invasão policial do Pinheirinho (22/01/12)

Um ato de barbárie do governo Alckmin (PSDB) e do prefeito de São José dos Campos;

A população pobre e a juventude oprimida devem condenar a violência reacionária da reintegração de posse do Pinheirinho;

A classe operária tem o dever de denunciar o capitalismo e a burguesia por criar os sem-teto, vítimas do desemprego e do salário de fome;

A maioria explorada tem de se unir pelo emprego, pelo salário, pela saúde, pela educação e pela moradia a todos;

O Partido Operário Revolucionário denuncia a invasão policial do bairro Pinheirinho, destruição de moradias, ataque com bombas, ferimentos e prisões como um ato da ditadura de classe da burguesia.

Pela imediata retirada da PM, volta dos moradores para suas casas e regularização das moradias.

Os governos federal, estadual e municipal fizeram um jogo com a Justiça federal e estadual para no final das contas enviarem a tropa de choque contra 6.000 moradores do Pinheirinho.

Quando parecia que a negociação avançava rumo a uma solução, o governador Alckmin e o prefeito lançaram 2.000 PMs, 40 cães e um contingente da Guarda Metropolitana sobre os moradores. O governo federal deve ser responsabilizado tanto quanto o governo estadual e municipal.

A Justiça burguesa que concedeu a liminar de reintegração ao empresário-bandido Naji Nahas não fez senão colocar o direito de propriedade sobre o direito à moradia de trabalhadores que viveram o drama dos sem-teto. E os governos realizaram sua obrigação com o direito burguês de lançar a tropa de choque contra 1.600 famílias.

O grupo empresarial Selecta, conhecido pelas suas falcaturas, terá de volta o terreno que servirá para negociatas e os pais de família são jogados nas ruas como trastes humanos. O que está ocorrendo no Pinheirinho é consequência do capitalismo apodrecido e de sua burguesia decadente.

Os trabalhadores em luta pelo direito à moradia e todos aqueles que apóiam sua causa popular têm de levantar a bandeira de destruição do capitalismo e construção do socialismo. Certamente, a luta do momento é para expulsar a PM do Pinheirinho, retomar as casas e impor a sua regularização.

Que a Conlutas, CUT, sindicatos, entidades estudantis e associações de moradores organizem um grande movimento em torno do direito à moradia e retirada imediata das forças policiais que invadiram o Pinheirinho.

***Fora a polícia invasora do Pinheirinho!
Viva os pobres e oprimidos do Pinheirinho!***

Solidariedade aos lutadores do Pinheirinho! Tribunais populares para punir os crimes da burguesia! 24/01/12

No dia 22 de janeiro, dois mil homens da Polícia Militar do Estado de São Paulo, com cavalaria, tropa de choque, blindados e helicópteros, protagonizaram um massacre contra os moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos.

Para conquistar seu direito à moradia, trabalhadores ocuparam, em 2004, um terreno da massa falida da Selecta, do empresário Naji Nahas, já detido duas vezes por crimes fiscais e financeiros. Foram oito anos de ocupação, que transformaram o terreno abandonado em um bairro que abrigava cerca de nove mil pessoas.

O Estado policial, com suas leis e, principalmente, por meio de sprays de pimenta, bombas, balas de borracha e balas de chumbo, escancarou, mais uma vez, que não é neutro, mas sim instrumento da classe dominante. Entre o direito à moradia de oito mil trabalhadores e o direito à propriedade privada de um capitalista (e vejam que esta propriedade era fruto de sucessivos roubos), o Estado defende o capitalista. Os artigos constitucionais que garantem o direito à moradia, à vida ou que pregam a chamada “função social da propriedade” são nulos diante das pressões dos especuladores imobiliários.

A prefeitura de São José dos Campos e o Governo do Estado de São Paulo iniciaram 2012 com a ameaça da reintegração

de posse. A União, pressionada pela organização dos trabalhadores e movida por interesses eleitorais de desgaste do PSDB, manifestou a possibilidade de implementar a regularização fundiária da ocupação. A Justiça Estadual, porém, passou por cima do Tribunal Regional Federal e implementou o despejo. Parlamentares do PT e do PSol e advogados ficaram detidos em uma escola para que não chegassem ao Pinheirinho.

As contradições entre as esferas do judiciário, ou entre este e os governantes e políticos, não podem nos levar a idealizar qualquer fração desse braço do Estado. Evidentemente, devemos apoiar as medidas que favoreçam os trabalhadores, mas nunca confiar em que o judiciário, governantes e políticos resolvam nossos problemas, os quais devemos, sim, é tomar sua resolução em nossas próprias mãos.

Escalada repressiva

A violenta repressão ao Pinheirinho é um recado da burguesia e de seu Estado para todos os trabalhadores. Indica que não tolerará nenhuma resistência. Da mesma forma, nas últimas greves, os governos estaduais e federais endurecem nas negociações, reprimem e utilizam o judiciário para impor pesadas multas aos sindicatos. Parte do mesmo processo é a

criminalização da pobreza e da juventude nos morros e sua repressão, nas manifestações contra o aumento da tarifa em Teresina, Vitória e Recife e na recente luta dos estudantes da USP contra a PM no campus e pelo fim dos processos políticos. A burguesia intensifica a repressão, e isto é ainda preparação para os embates que virão com o aprofundamento da crise econômica mundial e sua inevitável repercussão no Brasil. Seu plano é descarregar os efeitos da crise sobre os ombros dos trabalhadores. Apesar do bloqueio imposto pelas direções sindicais burocratizadas e governistas, os trabalhadores e a juventude buscarão a via da luta. Por isso, é urgente que nos organizemos! A constituição da tropa anti-choque dos lutadores do Pinheirinho também foi um recado à burguesia: resistiremos aos seus ataques!

Responder à crise com o programa proletário

Diante da escalada repressiva, devemos organizar nossa auto-defesa. Todas as esferas do judiciário são parte do Estado burguês, aparecem confrontadas porque expressam interesses de diferentes frações e partidos, mas em última instância defendem a burguesia, colocam acima de qualquer direito social

ou político dos trabalhadores o direito à propriedade privada de um punhado de capitalistas. Os assassinos e criminosos da burguesia não serão julgados por seu próprio aparato. Por isso, devemos erguer os Tribunais Populares para punir os crimes da burguesia.

Para organizar a luta desde já é preciso nos armarmos politicamente. Isto se dará pela constituição de uma direção que expresse a política do proletariado e que parta das bandeiras do programa de transição: Salário Mínimo Vital com escala móvel de reajustes, emprego para todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, Nacionalização das Terras, Estatização da rede privada de ensino sob controle dos que estudam e trabalham, etc.

A resposta à brutal repressão tem de ser o impulso à mobilização e sua generalização e unificação. O apoio material às vítimas do despejo é importante, mas é fundamental que as organizações de massa se lancem à luta contra os capitalistas e seus governos, partidos e instituições, empunhando as reivindicações gerais e sentidas pelos oprimidos de defesa de sua vida e trabalho contra a barbárie opressiva e repressiva da classe dominante.

Retrato da barbárie no Pinheirinho

25/01/12

A invasão policial da Ocupação Pinheirinho em 22 de janeiro continua a repercutir. As cenas de derrubada das casas – boa parte delas de alvenaria – mostram o quanto o capitalismo avança na barbárie.

O governo federal, em “parceria” com governos estaduais e municipais, exibe o programa “Minha Casa, minha Vida”, como se fosse a solução do grave problema habitacional. Gastam uma fábula com as empreiteiras e construtoras que tocam as obras do PAC na área social. Empenham valiosos recursos em propaganda sobre a “inclusão social”. Principalmente o governo petista é pródigo em apresentar o progresso na meta de acabar com a miséria de milhões. Mas os governadores do PSDB não ficam muito atrás no palavreado de justiça social, de reduzir as desigualdades e de incluir os miseráveis.

Há algum encantamento, no Brasil, com uma futura potência econômica que deve desde já cuidar de ter um Estado de bem estar social semicolonial, embora essa modalidade de dominação dos explorados esteja em decadência em seu berço social-democrata europeu. Os governos e os partidos burgueses brasileiros, enfim, vestiram essa máscara. Mas está difícil de mantê-la colada ao rosto do Estado oligárquico, assentado em potentes contradições de classes.

A destruição de centenas de moradias, constituídas desde a ocupação em 2004 do Pinheirinho, para atender a uma liminar de reintegração de posse em favor do empresário Naji Nahas reflete o quanto a classe dominante brasileira e seus governantes são bárbaros.

O proprietário da área conflagrada é um conhecido fraudador. Um dos argumentos do Tribunal de Justiça de São Paulo é o de que o terreno servirá para o falido Grupo Selecta pagar os credores. Entre eles está a prefeitura de São José dos Campos, administrada pelo prefeito Eduardo Cury, do PSDB.

Ocorre que a área teve uma grande valorização com o crescimento econômico dos últimos oito anos e com a especial ex-

pansão da construção civil. A ordem da juíza Márcia Loureiro para que a polícia arrancasse à força os moradores esteve motivada não só para fazer valer o direito de propriedade acima do direito à vida coletiva das mil e seiscentas famílias, como também para defender o valor estimado de R\$ 130 milhões, que deve se reverter ao capitalista e seus credores.

O valor de troca da propriedade estava em contradição com o valor de uso constituído pela ocupação. Os pobres fizeram uma expropriação sem indenização. Essa via é intolerável para o capitalismo, ou seja, para o regime baseado na propriedade privada dos meios de produção. Nessa forma de ação direta das massas, está o caminho pelo qual os pobres e miseráveis procuram resolver a angustiante falta de moradia. “Minha Casa, Minha Vida”, do governo petista, não passa de um paliativo e de uma manobra política destinada a iludir os explorados com pretensas bondades reformistas.

Não desconhecemos que o governo federal propôs resolver o conflito com a compra do terreno. Mas essa disposição se revelou um jogo político entre a administração federal e estadual. A presidente Dilma não fez nada de sério para “convencer” o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Cury, ambos da oposição peessedebista, de que a solução não seria policial. Mesmo diante da agressão sofrida pelo secretário de Articulação Social, Paulo Mendes, do governo federal, não se fez senão reclamar dos policiais que o alvejaram com balas de borracha. O certo é que enrolaram as lideranças com um prazo de 15 dias, tempo em que se fariam negociações.

Enquanto ludibriavam os moradores, a tropa de choque aguardava o melhor momento para um ataque de surpresa. O que ocorreu quando as primeiras luzes do dia chegavam. O Pinheirinho mal começava a acordar e os moradores foram expulsos sob bombas, tiros de borracha e investidas de cães. Dois mil policiais, apoiados por helicópteros, tomaram de assalto

as moradias das famílias trabalhadoras. Os pais de família, mulheres, crianças e velhos fugiram em meio à fumaçeira de gás lacrimogêneo, desorientados e escorraçados como escórias humanas.

O prefeito improvisou um albergue coletivo, onde mal cabiam 700 pessoas. Centenas foram para as igrejas. Outras centenas se espalharam sem rumo pela cidade. A área foi ocupada militarmente e as casas começaram a ser desmoronadas pelas escavadeiras.

A operação de guerra contra a Ocupação do Pinheirinho refletiu sem retoques o Estado policial brasileiro, expôs a ditadura de classe da burguesia, mostrou plenamente a face reacionária do governador Geraldo Alckmin e espelhou o semblante hipócrita do governo de Dilma Rousseff. Seis mil seres, pobres e oprimidos, sentiram o punho da Justiça de classe, do direito burguês da propriedade privada e da violenta tropa de choque.

Por mais que Alckmin, com voz mansa e gestos de gazela, tenha procurado esconder a barbárie – declarando que tudo foi realizado sem excessos, que um juiz acompanhou a execução da reintegração e que tudo foi filmado para mostrar que a tropa de choque agiu de acordo com os preceitos de civilidade, dos direitos humanos, etc. – a varredura policial, as famílias desamparadas e os feridos não permitem acobertar a sanha burguesa.

Pinheirinho é vítima e testemunha da prepotência das instituições que administram o capitalismo em decomposição.

Há muitas formas do Estado expor os fundamentos da ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria oprimida, uma delas é a de destruir centenas de casas construídas com imensos sacrifícios. A formação de um bairro popular na rica São José dos Campos que levou sete anos foi arrasado em 48 horas. A aglutinação social com muito custo das famílias que não tinham um teto foi pulverizada em poucas horas pela força do capital, encarnada pela tropa de choque – o braço armado da grande propriedade burguesa.

A prepotência da Justiça e da Polícia Militar, bem como a impunidade dos governos responsáveis, podem ser praticadas livremente porque a classe operária está controlada pela burocracia sindical vendida à mesma burguesia e submetidas aos mesmos governos que esmagaram Pinheirinho. O isolamento social e político dos moradores são as principais causas da vitória de Naji Nahas, do prefeito e do governador do PSDB.

Há muito o conflito vinha se agravando e não houve nenhuma ação unificada de sindicatos e centrais para defender o direito dos ocupantes à moradia. O Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, dirigido pelo PSTU e filiado à Conlutas, assumiu inteiramente a luta do Pinheirinho. Porém os sindicalistas da Conlutas não puderam mobilizar a classe operária da região, que se encontra concentrada, mas muito despolitizada, como se verifica também no ABC e São Paulo.

Não resta dúvida quanto à responsabilidade da burocracia sindical da CUT, Força Sindical, etc. É necessário acusá-las de inércia diante da ofensiva do governo contra os moradores do Pinheirinho.

As greves dos assalariados, as ocupações de terra no campo, as lutas estudantis e os movimentos populares urbanos vêm sofrendo derrotas devido ao divisionismo, aos estilhaçamento e ao isolamento. A luta de classes vai se agravar com a crise; e o obstáculo político à unidade operária, camponesa,

popular e estudantil terá de ser superado. Os acontecimentos no Pinheirinho, portanto, devem servir de exemplo para denunciar a burocracia sindical e todos os laçaios que servem aos governos burgueses.

É preciso ter claro o avanço da militarização do Estado brasileiro. Sob o governo Lula, foi criada a força nacional de intervenção, que mostrou sua função repressiva anti-operária ao intervir na greve de Jirau, em Rondônia. A ampla aplicação da lei antigreve para derrotar os movimentos grevistas completa o quadro ditatorial do Estado burguês. Mas há outros acontecimentos que indicam o mesmo fenômeno. É o caso da militarização das favelas no Rio de Janeiro. E recentemente a ação policial contra os lumpens da Cracolândia, reduzidos a trapos humanos pelo capitalismo apodrecido.

Não se pode abstrair, como se vê, a violência reacionária do Estado burguês no Pinheirinho. É preciso mostrar também que a resposta ao avanço da repressão não se dará pela via eleitoral. Os partidos reformistas apontam os governantes dos partidos burgueses como responsáveis pelos massacres, mas limitam suas denúncias ao campo da disputa eleitoral. Enganam os oprimidos com a farsa de que terão seus problemas resolvidos com a eleição de outros governantes. Alimentam as ilusões de que o Estado burguês e suas instituições possam ser colocados a serviço das massas, e de que está sendo afrontada pelos massacres policiais a democracia burguesa, regime político cujo conteúdo é a ditadura de classe capitalista.

A resposta dos oprimidos à repressão generalizada tem de ser a unidade na luta pelas reivindicações mais sentidas, que permitem unir o conjunto das massas contra a burguesia, seu Estado, seus partidos e instituições. É erguendo as bandeiras de defesa da vida e trabalho, como o salário mínimo vital, o emprego a todos pela escala móvel de horas de trabalho, a terra para os camponeses pobres e suas famílias, a moradia, saúde, educação, aposentadoria para todos, etc. e se unificando as lutas por elas que se combaterá o Estado policial repressivo e os capitalistas, com os métodos da luta de classes e a independência de classe.

O julgamento e punição pelos massacres não virá das instituições da burguesia. O Estado policial serve para proteger a propriedade privada e a exploração do trabalho assalariado e jamais julgará e punirá a si mesmo. A punição pelos massacres será obra das massas mobilizadas, que porão em pé os tribunais populares para julgar e punir os capitalistas e seu Estado pelos crimes de classe.

As forças revolucionárias estão obrigadas a se voltar para a organização da classe operária, combatendo a política burguesa da burocracia sindical. Pinheirinho deve ser defendido com o programa proletário. O enfrentamento dos explorados com a ditadura de classe da burguesia permite que se mostre e se propague a revolução proletária, bem como se coloque a necessidade de construir o partido marxista-leninista-trotskista.

Vivam os pobres e oprimidos do Pinheirinho!

Morram os capitalistas e o capitalismo em decomposição!

Reconquistar a moradia reorganizando a luta dos sem-teto!

Chamar a classe operária a lutar pelo direito à moradia!

Pinheirinho, vítima da barbárie capitalista

02/02/12

A decisão da juíza Márcia Loureiro de reintegrar o Pinheirinho representou a defesa da propriedade privada contra o direito à moradia dos pobres e oprimidos.

A autorização do governador Geraldo Alckmin de lançar a tropa de choque contra as mil e seiscentas famílias do Pinheirinho expressou a ditadura de classe da burguesia.

A convivência do prefeito Eduardo Cury com o empresário Naji Nahas em reaver o Pinheirinho mostra bem o seu comprometimento com os interesses dos especuladores imobiliários.

A defesa do método policial pelo PSDB evidencia o quanto esse partido é reacionário.

A ausência de uma medida expropriatória do Pinheirinho pelo governo de Dilma Rousseff desfaz todo palavreado de inclusão social e direito à moradia.

O jogo entre as esferas estadual e federal da Justiça em torno da autorização para a tropa de choque invadir o Pinheirinho não esconde o essencial: *a Justiça é de classe e sempre será guardião do direito burguês de propriedade.*

A população pobre e a juventude oprimida devem condenar e combater com luta a violência reacionária da reintegração de posse do Pinheirinho.

O *Partido Operário Revolucionário (POR)* denuncia que o capitalismo e a burguesia criam os sem-teto, vítimas dos baixos salários, do salário mínimo de fome, do subemprego e do desemprego.

Pinheirinho nasceu da pobreza e serviu de proteção para milhares de pessoas. Mas, Pinheirinho se construiu sobre a propriedade privada capitalista. Violou o fundamento burguês de que a propriedade privada está acima da vida da maioria oprimida. Por isso, as famílias tiveram contra si o proprietário capitalista, a Justiça, os governos do PSDB e a tropa de choque. Pinheirinho não pôde contar de fato com uma ação concreta do governo federal, que seria a da expropriação do Pinheirinho.

Mas faltaríamos com uma parte da verdade se não apontássemos uma das principais causas da fraqueza de Pinheirinho: *a classe operária não se encontra organizada para defender com seu programa revolucionário os movimentos dos explorados.* Não houve uma defesa geral do Pinheirinho por parte dos sindicatos e da principal central, que é a CUT, contou quase que exclusivamente com apoio do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos.

**FORA A POLÍCIA DO PINHEIRINHO!
EM DEFESA DA MORADIA PARA TODOS!**



Faixa do POR nos atos de defesa do Pinheirinho

O isolamento da grande ocupação de terra urbana do Pinheirinho permitiu que a Justiça, o governador, o prefeito e a polícia não encontrassem dificuldades para pôr abaixo as moradias.

A expulsão de mil e seiscentas famílias, com suas crianças e velhos, sob gás, balas de borracha, cassetetes, cães, que se espalharam ou foram confinadas e amontoadas em abrigos coletivos, improvisados por Alckmin-Cury, retrata a barbárie capitalista e expõe à luz do dia que a democracia burguesa, seu ordenamento jurídico e seu Estado de direito estão a serviço da ditadura de classe da burguesia, portanto, da propriedade privada dos meios de produção.

Os trabalhadores em luta pelo direito à moradia e todos aqueles que apóiam a causa popular têm de levantar a bandeira de destruição do capitalismo, de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva e construção do socialismo.

Sabemos que a luta do momento é para recuperar o Pinheirinho e derrotar a bárbara ação do governo do estado de São Paulo.

A campanha não se limita a denunciar Alckmin-Cury. Está colocada a bandeira: **DILMA ROUSSEFF, EXPROPRIA O PINHEIRINHO, RECONSTRUA AS CASAS E AS ENTREGUE AOS SEUS MORADORES!**

**PELA EXPROPRIAÇÃO DO PINHEIRINHO!
PELA RECONSTRUÇÃO DAS CASAS!
PELA VOLTA DE SEUS MORADORES NO MESMO LUGAR DE ONDE FORAM ARRANCADOS À FORÇA!**

Mantidos os poderes do Conselho Nacional de Justiça

O conflito entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e uma facção de juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) se deu sobre fatos concretos. O CNJ começou a revelar casos de magistrados comprometidos com a corrupção. O ninho das maiores serpentes foi encontrado no Tribunal de Justiça de São Paulo. Mas as víboras de barriga cheia serpenteiam pelos 27 tribunais do País.

Muitos casos escabrosos vieram à tona com uma simples e morosa movimentação do CNJ, que resultou da reforma do Judiciário de 2004 e se instituiu em 2005. Nos meios jurídicos e nos bastidores do Estado, sabe-se que a corrupção campeia solta nos tribunais. Mas permanece velada pelo enorme poder dos juízes, pelo corporativismo e pelo que representa o Judiciário para o funcionamento do capitalismo.

Ocorre que o agigantamento das fraudes, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, venda de sentenças, etc. acabam por atingir os interesses de grupos econômicos e mesmo a política de Estado. Chegou-se a uma situação em que chamou a atenção dos organismos internacionais do imperialismo. É o caso de crimes como a lavagem de dinheiro, que envolve o narcotráfico, as remessas clandestinas de capitais.

Não por acaso, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) resultou de um acordo internacional. Justamente, esse organismo do Ministério da Fazenda foi acusado pelo juiz do STF, Marco Aurélio Garcia, de quebrar o sigilo bancário de magistrados e de fornecer dados ao CNJ. Ao mexer com as contas de juízes suspeitos de enriquecimento ilícito, tocou-se no enorme privilégio da casta togada.

É de domínio público os salários de marajás dos juízes, em um país que as massas vivem na penúria e esmagadas pela alta concentração de riqueza açambarcada por uma minoria burguesa. Muitos outros privilégios, porém, vieram à tona. Uma casta social não pode ser afetada em suas prebendas sem ser afetadas em seu poder político. Uma condição leva à outra. Os magistrados agarram-se como garantia jurídica do capitalismo para viver como nababos.

As forças que criaram o CNJ – por trás dele está o Banco Mundial que encaminhou a reforma do Judiciário no governo de Lula – não pretendiam e não pretendem acabar com a casta, mas apenas discipliná-la, uma vez que é suscetível ao avanço da corrupção, impulsionada pela decomposição social do capitalismo. A quantidade de casos de juízes comprometidos com a podridão já é suficiente como amostra da gangrena. Que limites então pretendia impor o CNJ?

O conflito por ora indica: 1) Reduzir o poder corporativo dos juízes e desembargadores, que tornaram as corregedorias regionais estéréis ou coniventes; 2) Limitar o poder dos togados que fazem o que bem entendem.

Os privilégios auto-outorgados, os desmandos e a impunidade distinguem o Judiciário como um poder fechado em si mesmo. Sua estrutura e funcionamento não são muito diferentes em referência aos demais poderes da República, que foi moldada de acordo com as relações oligárquicas da burguesia brasileira semicolonial.

As raízes históricas da centralização autoritária da federação não puderam ser extintas. Tais raízes se encontram profundamente fincadas na formação colonial e imperial do Brasil. A República nasceu presa a elas. Não foi produto de uma revolução democrática burguesa. Os partidos da burguesia tardiamente constituídos não tiveram como se livrar dos poderes oligárquicos latifundiários e monopolistas.

O parlamento e o executivo foram se adaptando a novas condições de desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, portanto, da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais. A penetração do capital estrangeiro e multinacional interferiu decisivamente na estruturação da burguesia brasileira e do Estado nacional. Velhas relações pré-capitalistas agrárias e de capitalismo atrasado se combinaram com as modernas relações capitalistas de produção impulsionadas pela penetração imperialista.

Não resta dúvida que houve mudanças, adaptações e modernização na economia, e, portanto, na oligarquia dominante. O mesmo se passou com aspectos institucionais do Estado, mas nada que suprimisse seu fundo oligárquico. O Judiciário, por ser o guardião da Constituição, em cuja essência se encontra o regime de propriedade privada capitalista, é o que provavelmente mais evidencia o caráter oligárquico e de casta do Estado burguês.

O desenvolvimento industrial impulsionado a partir dos anos 30 e a edificação de ramos caracterizados pela grande indústria controlada via de regra pelas multinacionais alimenta de tempos em tempos a necessidade de modernização institucional. Ou seja, de adaptação da superestrutura política e jurídica às mudanças na infra-estrutura. Os negócios da burguesia exigem um acompanhamento dos poderes. É daí que advêm as reclamações de excessiva burocratização, de lerdeza administrativa, de ineficiência da Justiça, de má gestão dos bens públicos, de interpenetração dos partidos com o Estado e de corrupção. Já se tornou uma causa perdida a tal da reforma política.

A reforma do Judiciário, considerado o mais retardatário na modernização, desembocou na crise atual. A criação do CNJ nem de longe foi inspirada por motivos verdadeiramente democráticos. O seu objetivo é mesquinho. Mesmo assim abriu uma crise política, que não se encerrou pelas decisões de 2 de fevereiro do STF.

A independência reclamada pelos juízes do STJ representa na prática manter o poder de casta dos magistrados. Se fosse possível à burguesia democratizar o Judiciário, teria de pôr abaixo todo edifício das relações oligárquicas e da centralização autoritária. Não há possibilidade de avançar a democratização, tão almejada por setores da pequena-burguesia, além de alguns reparos, como representa o CNJ. Há vozes que saudaram a derrota da facção liderada por Marco Aurélio Mello como uma vitória da democracia e da moralidade. Besteira. O CNJ é parte da estrutura de casta do Judiciário. Não será capaz de tapar os seus esgotos.

Policiais Militares deflagram movimento grevista



Os policiais da Bahia realizaram uma assembléia em 31 de janeiro e decidiram pela decretação da greve. Trata-se de uma parte da corporação, filiada à Associação de Policiais e Bombeiros e de seus Familiares do Estado da Bahia (Aspra). A exemplo do estado do Ceará, os policiais baianos sobrevivem com salários aviltantes, com perdas acumuladas ao longo de anos. Chama a atenção o fato dos policiais que têm a função de garantir o funcionamento do capitalismo reclamarem da opressão, das perseguições e do assédio mortal praticado pelos comandantes.

Em contraposição, reivindicam a implementação de um Plano de Cargos e Carreiras e melhoria nas condições de trabalho. A direção do movimento defende um reajuste de 17%, a incorporação de gratificação ao soldo (remuneração), periculosidade e insalubridade, pagamento da Unidade Real de Valor (URV), anistia, além da regulamentação do pagamento de auxílio acidente.

Logo no primeiro dia de greve, cerca de 800 policiais ocuparam as dependências da Assembléia Legislativa da Bahia. A comissão foi recebida, mas o presidente da Assembléia disse nada poder fazer pela corporação. A manifestação continuou de frente à Assembléia. No dia 01/02, bloquearam ruas do Centro Administrativo da Bahia, sede do executivo, do judiciário e do Ministério Público.

O comandante da Polícia Coronel Alfredo de Castro, o mesmo que dirigiu uma invasão ao campus da Universidade Federal da Bahia e reprimiu violentamente professores, servidores e alunos no passado, enviou policiais para dispersar a manifestação. O governo acionou imediatamente a mídia impressa e televisiva para semear o pânico na população e criar uma opinião pública desfavorável ao movimento grevista, com notícias de arrastões pela cidade.

Ao mesmo tempo, entrou com uma ação para que o judiciário decretasse a ilegalidade da greve, o que de fato



ocorreu muito rapidamente. O governo e a justiça burguesa tentam quebrar a greve com a ameaça de processos disciplinares contra os grevistas e aplicação de uma multa diária contra a associação de 80 mil reais. O governo não reconhece a direção do movimento (a Aspra) e tem manobrado com negociações por fora do movimento com outras direções pelegas.

A fortaleza do movimento grevista está no fato de mobilizar a corporação contra o governo burguês e criar uma instabilidade no aparato repressivo do Estado, respondendo coletivamente às políticas do executivo de manter o arrocho salarial e as condições de miséria da corporação. Sua fragilidade consiste na divisão imposta pela burocracia das associações e em não ter conseguido a adesão da maioria dos policiais. Entretanto, a utilização do método da ação direta (greve, manifestações, ocupação de avenidas e sede do governo) mostra o caminho do fortalecimento e da vitória grevista.

A posição dos revolucionários diante das greves de policiais e bombeiros deve ser de apoiar suas reivindicações democráticas, o movimento grevista e o método da ação direta. Devem-se levantar as reivindicações democráticas de fim dos processos disciplinares e judiciais contra os grevistas, do assédio e da perseguição dentro das corporações, além da defesa da eleição dos comandantes pela tropa com revogabilidade de mandatos.

Os marxistas devem se colocar na defesa das condições de vida das famílias dos policiais. Porém, é necessário esclarecer o verdadeiro caráter do aparato policial nas bases, que é de manter o domínio da burguesia sobre o conjunto dos explorados, assegurando a proteção da propriedade privada dos meios de produção. Pelo mesmo motivo, deve-se rechaçar reivindicações de reforço do aparato repressivo estatal, como mais viaturas e armas.

Fortaleza:

Paralisação de servidores municipais desafia prefeitura do PT

Desde 2008, os servidores, em seu conjunto, não realizavam campanha salarial tão expressiva. Uma categoria já deflagrou greve (agentes comunitários de saúde e endemias); pelo menos outras 4 (AMC - agentes de trânsito-, Guarda Municipal, SAMU, servidores do IJF- principal hospital de referência de Fortaleza), ameaçam entrar em greve na assembleia unificada que ocorrerá dia 09/02 na Câmara de Vereadores.

Desde 23/01 os agentes de saúde pararam suas atividades e bloquearam ruas e avenidas próximas à Secretaria de Administração do município (SAM)

com direito a queima de pneus. Eles exigem 30% de reajustes e PCCS. A AMC tem paralisado suas atividades 3h por turno diariamente. A guarda municipal, utilizando métodos do movimento estudantil e motoristas de ônibus, resolveu bloquear as entradas e saídas do Terminal de ônibus Parangaba, por meia hora no dia 01/02 e tem assembleia agendada para dia 04/02. O SAMU, preparando-se para uma paralisação massiva tem operado com apenas 30% da frota e os servidores do



IJF têm atendido apenas os casos de emergência. As categorias exigem pelo menos 20% de reposição salarial.

A prefeitura petista, que vive uma disputa intestina para ver quem será o próximo algoz das massas nas eleições de outubro, oferece 3,41%. O secretário Vaumik Ribeiro, ex-presidente da CUT-CE e titular da SAM, diz que a prefeitura já concedeu 95% de reajuste desde o início do primeiro mandato de Luizianne em 2005. O Sindfort, influenciado pelo PSol, que coordena o Fórum Unificado dos Servidores, tem feito ameaças e falado grosso contra a

prefeitura, mas, a julgar pelas últimas lutas, tenderá a aceitar negociações em separada e soluções individuais para cada setor.

O POR, que atua junto aos servidores municipais, defende o salário mínimo vital (que dê condições de vida digna a uma família) a greve geral unificada dia 09, a formação de um comando de greve unificado, com representantes da base e a radicalização nos métodos de luta para derrotar o PT traidor.

Rondônia

Manobra da burocracia para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores da educação

Nos dias 30 e 31 de janeiro, a burocracia do Sintero realizou a assembleia para deliberar sobre a decisão de não iniciar o ano letivo, aprovada em dezembro. Caso o governador não apresentasse resposta sobre a pauta de reivindicações, a assembleia de janeiro referendaria a decisão já tomada no final do ano.

A greve é o caminho para arrancar as reivindicações

Não há negociação com o governo Confúcio/PMDB e com o prefeito Roberto Sobrinho/PT. Eles tiveram mais de um mês para cumprir os compromissos assumidos nas negociações com o Sintero, mas não cumpriram. Continuam com conversa fiada para ludibriar os trabalhadores, que já estão cansados de ouvir promessas. Portanto, a assembleia deve encaminhar a greve. Não devemos aceitar nenhum acordo e nenhuma negociação de bastidores com comissão. Isso é uma manobra do prefeito e do governador.

Nas duas assembleias, os burocratas fizeram intervenções longas e distracionistas que serviam para desviar o debate sobre as táticas da greve. Não faltaram bajulações à política do governo municipal do PT e do seu aliado do PMDB no Estado. Mas foram rechaçadas pela militância da CPE.

De acordo com a avaliação dos professores, o governo concedeu apenas parte do Termo de Compromisso, mas não aten-

deu reivindicações importantes, como a extensão do auxílio transporte para os servidores do interior do estado e o retorno do auxílio saúde para os aposentados. Querem, também, o pagamento da licença prêmio em dinheiro, uma promessa feita pelo governador. O pagamento da licença-prêmio era para ter sido iniciada em outubro, mas somente em dezembro o benefício começou a ser pago para uma pequena parcela dos servidores. Denunciaram que a Seduc tinha se comprometido a pagar a licença prêmio gradativamente, na folha de cada mês. Porém, na folha de janeiro nenhuma licença prêmio foi paga.

Responder à miséria salarial com a unidade entre os municipais e estaduais

A Corrente Proletária condenou a política do PT de conceder esmolas aos servidores municipais. Criticou a conduta dos dirigentes sindicais de usar a assembleia para os informes infundáveis, que acabam esvaziando e esmorecendo o ânimo dos trabalhadores. Por outro lado, chamou a atenção daquela parcela que se limita a reclamar nos corredores e salas de professores. Defendeu a organização da greve, já que os governantes tiveram tempo de sobra para responder às reivindicações. E conclamou a unidade dos trabalhadores municipais e estaduais para enfrentar os governos.

USP: mobilizar os calouros para retomar a greve no início das aulas

Resistência estudantil à militarização da USP

A greve de estudantes da USP, iniciada em 08 de novembro, logo após a desocupação da reitoria pela tropa de choque e prisão de 73 estudantes, revelou que existia uma tendência de luta muito profunda entre as bases, capaz de colocar em pé um movimento democrático pela expulsão da PM da universidade e pelo fim da perseguição política promovida pela reitoria. Um movimento que enfrentou desde o início uma série de obstáculos, em especial a política da direção do DCE (PSol), que sempre esteve contra a luta (contra a ocupação da administração da FFLCH, contra a ocupação da reitoria, contra a greve imediata em 08/11, contra a continuidade da greve em 05/12). Enfrentou a campanha da imprensa burguesa, que afirmava que a PM na USP era apoiada por 99% dos estudantes e o movimento era coisa de maconheiro. Enfrentou o boicote da grande maioria dos professores, que tentou sabotar a greve em toda parte. Enfrentou a repressão, que se iniciou na desocupação da reitoria, mas que se estendeu com a eliminação de 8 estudantes, fechamento do DCE e iminência de desocupação da moradia retomada.

Desativação da luta

O período de férias foi marcado pelo retrocesso na mobilização. O comando de greve, que assumiu a tarefa de organizar a calourada, de acordo com a decisão da assembleia geral, não conseguiu mobilizar massivamente durante as férias e colocou como objetivo a preparação de um dia da semana de recepção de calouros. Os demais dias ficarão sob a responsabilidade dos centros acadêmicos, que são dirigidos em grande parte pelo PSol e seu aliado PSTU. Essa limitação autoimposta pelo comando de greve criou uma situação de verdadeira anulação da decisão da assembleia, que tirou do DCE dirigido pelo PSol a organização da calourada para entregá-la ao comando de greve. Mas como a maior parte dos dias será organizada pelos CAs dirigidos pelo PSol e PSTU, estes nem se preocupam mais em participar ativamente do comando. Exemplos: os membros do PSTU que participavam da comissão de finanças a boicotaram e foram substituídos; havia só três militantes do PSol no último comando. Desta forma, na prática, a maior parte dos dias da calourada será organizada pela mesma direção do DCE que foi destituída dessa tarefa pelo comando.

Significado político do recuo

A importância disso está em que a recepção dos calouros terá uma grande influência nos rumos do movimento. Ganhar os calouros para a greve ou para a conciliação definirá em grande medida o destino da greve iniciada no final de 2011.

A burocracia universitária, sob o tacão da reitoria, vai atuar centralizada em defesa de por fim à greve e buscar uma conciliação que preservará a PM violando a autonomia universitária. Terá como seus auxiliares o PSol e PSTU, que vão atuar para que não se coloque um movimento grevista. Por isso, é preciso colocar uma centralização de atividades promovida pelo comando de greve, que crie condições para a retomada da



Moradia Retomada: no alvo da repressão de Alckmin

greve apesar da atuação contrária da burocracia e das direções conciliadoras.

Uma atividade de um único dia não resolverá esse problema político. Também não será com discurso que isso se dará. Nem com uma ação de uma vanguarda, que pretenda dar um exemplo a ser seguido pelos calouros.

É preciso fazer uma campanha diária, que comece já no primeiro dia de aulas, convocando os calouros para uma grande manifestação na reitoria, que se organize ao redor das bandeiras democráticas de combate à repressão em todos os sentidos: que defenda os processados e a volta dos eliminados pela reitoria; que se coloque pela autonomia universitária, com a retirada da PM do campus; que se coloque ao lado dos outros movimentos que sofrem a repressão, tanto de estudantes quanto de trabalhadores e sem-teto: Teresina, Vitória, Recife, Pinheirinho etc.

A greve tem de ser preparada, organizada. O que quer dizer que é preciso organizar atos, manifestações, que criem as condições para a radicalização ao redor das bandeiras de luta. Dessa forma, a convocação da assembleia do dia 01/03 será feita a partir de ações unitárias e centralizadas dos estudantes, que poderão culminar na aprovação da continuidade, ou retomada, da greve de 2011. É possível que isso aconteça, porque existe uma tendência geral de luta entre a juventude, que tem se manifestado em vários movimentos (inclusive no da USP no ano passado), e uma vanguarda que se organizou e tem atuado para dar continuidade ao movimento. É preciso trabalhar pela unidade dos calouros com essa vanguarda, de forma a constituir uma maioria que dê expressão à luta democrática de defesa da autonomia universitária, contra as políticas de maior intervencionismo governamental e privatista do governo do PSDB e de seu reitor-interventor.

Rechaçar e denunciar as deformações pequeno-burguesas

Duas questões se colocaram em debate no comando: o

PSTU propôs que se votasse a proibição de doação dos partidos ao fundo organizado pelo comando de greve; e a LER propôs a “centralidade” na organização de um show com Caetano Veloso.

A proposta do PSTU, apresentada como de princípio, na verdade era uma máscara para encobrir seu próprio boicote ao comando. Ou seja, como o PSTU não está disposto a contribuir, porque a política do comando está em choque com ele, procura fazer aprovar uma resolução que torne sua decisão uma resolução geral do movimento.

Para defender essa posição, a de que os partidos não dão dinheiro ao movimento, usaram de argumentos dos mais estapafúrdios, como o de que o PCdoB teria dado dinheiro à UNE e por isso a UNE se burocratizou. Ora, ocorre o contrário: a UNE sustenta materialmente o PCdoB através de vários mecanismos, como por exemplo a emissão de carteirinhas. O cinismo é tanto que não se refere ao fato da calourada organizada pelo DCE dirigido pelo PSTU em 2009 ter recebido ajuda da reitoria.

O fato é que não caberia uma decisão a esse respeito, pois os partidos que se reivindicam de esquerda têm autonomia para decidir o que fazem com seus recursos. A única coisa que poderia ser votada é a restrição aos partidos burgueses,

aos governos e às instituições da burguesia. Mas a maioria das correntes não coloca a independência e autonomia como uma questão de classe e falseiam a real influência que os partidos têm sobre os movimentos. A ampla rejeição à proposta do PSTU não se deu por uma política classista, mas pelo cinismo de tentar tornar uma questão de circunstância particular em princípio.

Quanto à participação do Caetano Veloso na calourada, a um preço módico de 8 mil reais, revela a orientação pequeno-burguesa de sua política para a juventude e o eleitoralismo sindical da LER. Primeiro, porque não se trata de fazer um grande show artístico, não se trata de dar um verniz mais esquerdista às mesmas calouradas despolitizadas organizadas pelos reformistas. Segundo, porque Caetano Veloso, mesmo que viesse de graça, se falar vai ser contra a política do movimento, de expulsão da PM, pois se trata de um reacionário, defensor de políticas burguesas. Terceiro, porque é um crime queimar um dinheiro arrecadado a fim de custear o movimento para pagar um show. Pior é que isso foi aprovado no comando, com maioria de abstenções.

O comando precisa rever essa linha de calourada show e trabalhar pela organização do movimento a partir das reivindicações.

De olho na “mina” de recursos que é o EaD, Kroton paga R\$ 1,3 bi pela Unopar

O ano de 2011 se encerrou com o maior negócio já feito pelos capitalistas da educação. A Kroton Educacional, que em 2010 adquiriu o grupo Iuni, atingindo 86 mil alunos em 10 estados, agora, com a compra da Unopar, tornou-se a maior fornecedora de ensino a distância. A Unopar é uma instituição de ensino criada em 1976, em Londrina, e que foi crescendo à sombra da UEL. Além de se aproveitar da demanda de estudantes que não conseguiam entrar na universidade estadual, utilizava-se até mesmo de docentes e técnicos que deveriam trabalhar com exclusividade na universidade pública. Com o passar dos anos e muito incentivo do Estado, sobretudo durante o governo FHC/Paulo Renato de Souza, a Unopar se potenciou com a oferta do Ensino a Distância. Possui 145 mil alunos de EaD e mais 17 mil presenciais. Tal negócio, uma escancarada venda de diplomas por todo o país, foi atraindo mais “parceiros” instituições colombianas, espanholas, dentre outras.

Foi isto que encheu os olhos do presidente da Kroton (empresa de capital aberto sócia do fundo de private equity Advent International Corporation que lhe dá suporte para suas especulações): Rodrigo Galindo afirmou que o EaD é uma “mina” de geração de caixa, e aposta na continuidade do acelerado crescimento do EaD no país. Estima-se que o faturamento do grupo será de R\$1,1 bilhão. O grupo, que vem realizando incorporações desde 2001, concentrará 45 campi em todas regiões do Brasil e a atuará em 467 cidades com o EaD. Além disso, explora o ramo da educação básica, no qual tem 281 mil alunos divididos entre o setor privado, com 771 escolas associadas, e o setor público, com atuação em quatro cidades.

Junto com os atuais 102 mil alunos atuais da Kroton, o

grupo fica em segundo lugar em número de alunos, atrás da Anhanguera (que comprou a Uniban, há quatro meses, com 281,7 mil alunos). Em terceiro lugar está a Estácio de Sá, com 248 mil estudantes.

Os capitalistas procuram oportunidades para os seus negócios. O Brasil comparece como uma “mina”. Para a burguesia, a educação é uma mercadoria como qualquer outra. Quem tem dinheiro, pode comprá-la. A função do governo é oferecer subsídios e “incentivos” para que uma parcela da população possa sustentar seus estudos. Como urubus, estas corporações do ramo de ensino, apostam que quanto pior o nível do ensino público ou mais restrito o acesso das massas, maiores são as possibilidades de negócios.

Neste sentido, chama a atenção a disputa de grandes grupos estrangeiros e de mídia por negócios na educação básica. São muitos os negócios oferecidos: sistemas de ensino, colégios, apostilas, livros didáticos, ensino técnico, de línguas. A Abril Educação comprou o Anglo (SP), a rede PH (RJ), realizou abertura de capitais e está com R\$ 200 milhões para novas aquisições. Os britânicos da Pearson compraram o COC, Dom Bosco e Pueri Domus e oferece por meio da Name serviços para a rede pública. Vários outros grupos nacionais e estrangeiros rondam a decadente educação básica pública esperando que o governo permita a implantação dos sistemas de ensino privados nas instituições públicas.

A tarefa dos estudantes é combater a mercantilização do ensino. O que significa a luta ferrenha contra a diretriz governamental do governo Dilma, que é privatista. E defender a expropriação sem indenização de todo o ensino privado e a estatização sob o controle de quem estuda e trabalha.

Denúncias

Montadoras enviam bilhões ao exterior

Há poucos dias, o presidente da Anfavea divulgou os dados sobre a produção de carros e a remessa de lucros para as matrizes. Disse que o crescimento da produção de veículos foi de 0,7%, em comparação com 2010. Mas o valor enviado pelas montadoras para o exterior foi de 5,6 bilhões de dólares, portanto, um crescimento de 36%. O Banco Central completou, afirmando que as multinacionais automotivas foram as que mais dinheiro remeteram às matrizes. Disse ainda que superaram os bancos e as empresas de telecomunicações.

É bom lembrar que as montadoras vivem reclamando que o custo de produção no Brasil é alto. Os juros são exorbitantes, a carga de impostos é elevada e os encargos trabalhistas são grandes. Ainda mais: vociferam que a “indústria nacional” sofre a concorrência com os carros chineses. Enquanto lamentam, enviam bilhões de dólares para fora do País.

Qual o significado de tamanha sangria? As montadoras recebem subsídios do governo (isenções fiscais), exigem que o

governo atenda seus pleitos (como elevação de impostos para os carros importados e juros baixos), impõem duras medidas trabalhistas (Banco de Horas, terceirização, PDV, lei antigreve) e estão cada vez mais livres para demitir. Assim, exploram à vontade a força de trabalho e usam os recursos públicos para garantir a alta lucratividade.

A penetração das multinacionais nos países semicoloniais tem o objetivo de explorar ao máximo o mercado nacional (venda dos veículos) e a mão-de-obra (salários mais baixos, jornadas estafantes e precarização do trabalho). Como a crise econômica vem golpeando a Europa e Estados Unidos, as multinacionais agem aumentando a sangria sobre as economias semicoloniais.

A classe operária tem o dever de denunciar o saque e a exploração das multinacionais. E levantar a bandeira de expropriação e estatização, sob o controle operário. O programa de expropriação do grande capital estrangeiro e nacional faz parte da luta do proletariado contra o sistema capitalista.

Produção têxtil cai ao patamar dos anos 90

Um dos maiores polos de indústria têxtil no Brasil se concentra na cidade paulista de Americana. Com capacidade de produzir 200 milhões de metros de tecido por mês, hoje não passa de 120 milhões. Voltou-se à produção do início dos anos 90.

Os capitalistas acusam a concorrência dos tecidos chineses, juros elevados e altos custos de logística. Afirmam que os estoques são altos e a demanda cada vez mais baixa. Dizem que há fábricas que operavam com 28 máquinas, agora movimentam 12. Assim, reclamam maior proteção do governo brasileiro.

Para manter os negócios, não contratam mão-de-obra, demitem uma parcela e exigem que os que ficam nas empresas façam o trabalho daqueles que foram dispensados. Em Americana, por exemplo, foram demitidos 844 operários, nos últimos meses.

Mas o problema não se restringe a Americana. Os dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

(ABIT) indicam que o setor regrediu 16,63% em relação ao ano de 2010.

A concorrência dos produtos chineses se agravou com a crise econômica. A China procura mercados para sua produção. O Brasil tenta fazer o mesmo. A concorrência entre os capitalistas aumenta. O fato é que o mercado mundial vem se estreitando nos Estados Unidos e na Europa. Mas todos usam a mesma receita quando seus negócios são atingidos. Reduzem a produção, demitem, fecham fábricas e aumentam o protecionismo.

A classe operária não pode permanecer desorganizada diante dessa situação. As direções sindicais têm feito corpomole diante de tamanho ataque patronal. Apostam na passividade dos operários para poder realizar acordos de demissão com a patronal. A resposta dos operários tem de ser a unidade entre empregados e desempregados para defender os empregos. Nada de negociata com a ABIT. Os empregos se conquistam com a luta.

Conciliação entre a patronal e o sindicato dos têxteis

O sindicato dos têxteis realizou uma cerimônia de inauguração do “IMPORTÔMETRO”, instrumento que contabiliza quantos empregos serão destruídos a cada centavo de dólar de produtos têxteis importados. Estavam presentes: o presidente da ABIT e do sindicato dos Têxteis, o corrupto Paulinho da Força Sindical e representantes do PSDB, PDT e PV. O objetivo é coletar assinaturas para serem entregues ao governo, exigindo medida de contenção às importações e subsídios ao setor. Aventou-se, inclusive, um locaute com o apoio da Força Sindical.

Há um fato real: crescem as importações em detrimento da indústria têxtil nacional. Na cerimônia, o presidente do Sindicato, Alfredo Emilio Bonduki, lamentou a concorrência, dizendo “a cada segundo são importados 214 dólares de têxteis e em consequência, a cada um minuto um emprego deixa de

ser gerado”.

Os empresários do ramo reclamam da desindustrialização e querem que o governo os proteja. O sindicato é arrastado para o pleito dos patrões. Quer iludir os trabalhadores que, defendendo as empresas, terá em troca a garantia dos empregos. Falso.

A crise econômica está por todas as partes do mundo. Há uma pressão por parte da China, etc., para vender seus produtos no Brasil. Por outro lado, os empresários que estão no Brasil querem reserva de mercado e subsídios para a exportação. Portanto, exigem proteção para seus negócios. As centrais sindicais, entre elas a Força Sindical, são pró-patronal e apoiam o governo. E, por isso, se metem em resolver os problemas dos capitalistas. Querem fazer crer que estão, ao mesmo tempo, garantindo os empregos.

As negociatas entre patrão e burocracia sindical só servem para anular a luta dos trabalhadores pelo emprego e pelo salário. A defesa dos empregos implica a organização independente dos operários para enfrentar as demissões com os métodos da ação direta. Não é com a campanha de assinaturas apoiando os capitalistas nacionais que se preservarão os empregos.

Salário mínimo mal dá para comprar duas cestas básicas

O governo impôs o salário mínimo de R\$ 622,00, que significa um aumento de R\$77 reais. Os sindicatos e centrais ficaram calados diante da miséria anunciada por Dilma. São milhões de trabalhadores e aposentados que dependem do salário mínimo. Não por acaso, a pobreza e a fome tomam conta das periferias das grandes cidades e do campo.

O salário que deveria ser o mínimo necessário para manter uma família de 4 pessoas se reduz ao valor de duas cestas-básicas. Portanto, mal dá para comer. O valor das tarifas de água, luz, gás e transportes estão nas alturas. O aluguel e as despesas com saúde e educação também são elevados. Mas o salário mínimo sobe a conta-gotas.

O direito ao trabalho a todos é uma luta contra os donos dos meios de produção e contra os governos que os servem. É a defesa da única fonte de existência da maioria explorada.

Para se proteger da crise, a classe operária tem de lutar pela estabilidade e aplicação da escala móvel das horas de trabalho.

O Dieese fez o cálculo de um salário necessário para uma família e chegou à conclusão de que é preciso R\$ 2.349,26. O que equivale dizer que é necessário receber 4 vezes o valor decretado por Dilma. Se se aprofundar os cálculos vamos notar que o salário do Dieese ainda está aquém das reais necessidades básicas de uma família.

O Partido Operário Revolucionário (POR) divulgou em 2011 o valor do salário mínimo vital, que era de R\$3.824,00. Como o custo de vida subiu em média 10%, esse valor terá de ser corrigido. O fundamental está em rechaçar o salário mínimo de fome de Dilma e defender o salário mínimo vital, calculado pelas assembleias operárias e imposto pela força coletiva dos trabalhadores nas ruas.

Aumento da tarifa em Francisco Morato

Os capitalistas que exploram o transporte coletivo na cidade de Francisco Morato aguardaram as férias escolares para aplicarem mais um reajuste na tarifa de ônibus. Seu valor subiu 20 centavos, chegando a R\$ 2,90 (a "tarifa promocional", paga com dinheiro, é de R\$ 2,80).

Acerca do aumento, nem a empresa, nem a prefeitura se pronunciaram para explicar o porquê do reajuste. Na certa responderiam é que se trata de uma consequência natural da tal da inflação, que é necessária para a manutenção da saúde dos negócios da Moratense, única concessionária com direito a explorar as linhas de ônibus municipais. O lucro e a acumulação de capital para eles estão acima das necessidades da população. Não se importam que um serviço vital para quem mora na periferia da cidade, com estes altíssimos preços, possam impossibilitar seu transporte até o centro, à estação de trem ou às escolas. Porém, guardam a sete chaves seus balanços contábeis, escondendo de todos o quanto sangram os bolsos dos trabalhadores e da juventude.

Por ter parte de sua passagem aparentemente paga pelos patrões, já que também o dinheiro do vale transporte e das refeições é gerado pelos trabalhadores, a população mantém-se por enquanto nos murmúrios e lamentações. Muitos desembolsem dos seus próprios bolsos a tarifa de ônibus, pois há empresas que não admitem quem gaste mais de uma passagem para chegar ao trabalho. Já a juventude sente imediatamente o encarecimento do custo de vida.

Grandes cidades, como Vitória e Teresina, onde houve o aumento da tarifa de ônibus no início do ano, passaram por mobilizações en-

cabeçadas pela juventude, exigindo o retorno à tarifa anterior e ao passe-livre para estudantes e desempregados. A partir do momento em que os manifestantes passaram a ocupar as ruas e a ganhar o apoio da população, foram duramente reprimidos pela polícia. O incômodo é evidente. Estas empresas são financiadoras dos partidos burgueses. A preservação de seus negócios, na visão dos capitalistas e governantes, justifica impor o terror do Estado contra a resistência dos oprimidos.

A população de Francisco Morato deve mobilizar-se contra o exorbitante valor da tarifa através do método da ação direta, nas ruas, exigir que a empresa apresente seu balanço contábil sem maquiagens nem truques, e implemente a gratuidade nos transportes aos trabalhadores desempregados e à juventude.

Adquira com o distribuidor deste jornal:



Ocupações e greve dos estudantes da USP pelo Fora PM e Fim dos Processos

Uma luta em defesa da autonomia universitária e do ensino público

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**



A Frente de Esquerda e dos Trabalhadores nas eleições argentinas

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Baixo rendimento dos alunos é reflexo da política de sucateamento da educação pública no município de São Paulo, combinada com a situação de miséria da maioria

Em meio à disputa eleitoral da prefeitura da cidade mais rica do país, temos como principais pré-candidatos nomes ligados à Educação, tais como Gabriel Chalita-PMDB (ex-secretário estadual de educação), Fernando Haddad-PT (atual ministro de Educação) e Alexandre Schneider – ex-PSDB (atual secretário municipal de educação).

Em virtude deste cenário, o debate sobre a educação pública no município de São Paulo tem sido fomentado. Nesse momento, o debate se passa em torno dos baixos índices de aprendizagem. Isso ocorreu após a divulgação dos resultados das avaliações externas nas escolas municipais, que apontaram índices abaixo da média nacional, bem como o pior desempenho entre as capitais do sudeste no que se refere ao processo de alfabetização.

Veio à tona o quanto os investimentos diretos em educação têm sido reduzidos para favorecer a política assistencialista (entrega de leite, uniforme, material escolar, etc) e impulsionar a terceirização dos serviços na educação (limpeza e merenda). Os cortes nos investimentos foram iniciados no governo de Marta-PT e mantidos no de Kassab-PSD. Com menos recursos e com um desempenho escolar abaixo do recomendado pelo MEC, o prefeito apelou para “meritocracia”. Criou o programa “Indique”, que vincula o pagamento de bônus aos resultados dos alunos e das escolas nas avaliações. Trata-se de mais uma saída que os governos têm encontrado para culpabilizar os professores pelo fracasso escolar.

O criador da “pedagogia do afeto”, Gabriel Chalita, diz concordar com a política de bonificação, mas com “limites”. O candidato petista Haddad argumenta que é preciso ter cuidado na implementação dessa política. O mentiroso, Schneider, justifica que o bônus é apenas um reconhecimento extra, já que o atual governo tem investido em salário, em mais de 20% acima da inflação. Na realidade, todos se escondem para não serem responsabilizados pelo fracasso escolar e a precarização do ensino.

Os pré-candidatos fazem apologia de seus programas educacionais. Haddad procura se beneficiar enaltecendo a construção dos CEUs, realizada no governo de Marta Suplicy e denuncia o atual governo pela má administração e fechamento dos CEUs, além de acusá-lo de não firmar convênio com o governo federal para expansão de vagas na educação infantil, com a construção de creches públicas. Por outro lado, Schneider se estufa ao discursar em torno do salário dos docentes, que conjunturalmente é maior que o da rede estadual e justifica a ínfima expansão de vagas nas creches com o argumento mentiroso da dificuldade de encontrar terrenos na cidade para construção de novas unidades. Já Gabriel Chalita conta vantagens ao falar de sua experiência na secretaria da educação, como “idealizador da escola em tempo integral”, do projeto de escola da família e outras tontices.

O fato real é que a educação municipal está em frangalhos. Os alunos não aprendem quase nada, os direitos vêm sendo

cortados, avançou a terceirização dos serviços escolares, cresceu os convênios com creches privadas e milhares de crianças continuam sem o direito a vaga nas creches. E as denúncias de ladroagem na prefeitura não param de vir à tona.

Com a aprovação da bolsa-creche serão mais 40 milhões mensais de recursos públicos destinados à rede privada de ensino. Ou seja, além de termos no município mais de 70% das vagas em creches sendo oferecidas pela rede conveniada, teremos com essa medida a expansão do projeto de privatização da educação infantil.

A demagogia eleitoreira dos pré-candidatos deve ser desmascarada pelos trabalhadores da educação e pelos pais que dependem da creche para se obter um trabalho. O combate aos eleitores virá da luta dos explorados pelo atendimento das reivindicações vitais, entre elas o direito à educação pública em todos os níveis.

Conduta do pelego do SINPEEM

O presidente do sindicato, Cláudio Fonseca, foi entrevistado pelo jornalista que fez o artigo sobre os pré-candidatos. Aproveitou para dizer que estava satisfeito com a política de reajuste salarial de Kassab e completou afirmando que foi maior do que na gestão da petista Marta. Coisa de pelego!

Na realidade, a burocracia do Sinpeem implementa a conciliação de classes. Aceita as propostas do prefeito e a engrandece com os discursos inflamados. Utiliza o imobilismo da classe para agir por cima das assembléias e decidir sobre as reivindicações. Com o tom doce, o burocrata e vereador coloca mel nas medidas antieducacionais do governo Kassab. Aproveita a despolitização da base para impor as negociações sem luta. Combater a burocratização do sindicato implica a luta feroz contra os dirigentes conciliadores.

Derrotar os politiqueiros e a burocracia sindical conciliadora

Romper com a conciliação de classes é se colocar pela independência do sindicato. Daí a importância de separar as reivindicações dos trabalhadores das políticas governamentais e impulsionar as reivindicações vitais com os métodos próprios da classe. Separar as negociações de cúpula realizadas pela burocracia sindical da verdadeira luta dos trabalhadores pelo salário, pelos direitos e pelo emprego a todos.

Para isso, é fundamental a luta unitária dos trabalhadores da educação com os demais explorados por meio da ação direta, só assim poderá ser garantida a educação gratuita em todos os níveis, começando pela infantil. Um só movimento de rua para exigir: *Emprego a todos, por meio da escola móvel das horas de trabalho, Salário Mínimo Vital e móvel e ensino público, gratuitos, para todos, em todos os níveis e vinculado à produção social.*

Nesta edição:

- Os setores anti-governistas têm a convicção de ter aprovado um documento socialista, mas também têm um nó na garganta, porque surge uma direção pró-oficialista
- Cenário da crise na Europa em 2012
- Somente o povo sírio pode derrubar a ditadura de Bashar Assad
- Bloqueio ao petróleo do Irã, mais um passo rumo à guerra

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia: Balanço do Congresso da COB

Os setores anti-governistas têm a convicção de ter aprovado um documento socialista, mas também têm um nó na garganta, porque surge uma direção pró-oficialista

O Congresso ocorreu num momento em que as massas descontentes e radicalizadas estão vivendo a culminação do processo de emancipação política em relação ao governo do MAS. Não estão, porém, nas ruas exercendo a pressão direta sobre suas direções controladas, em sua maioria pelo governo. No entanto, apesar da falta de mobilização, a situação política, caracterizada pelos distúrbios generalizados em todo o país, empurra, os delegados a adotar posições radicais, pulverizando no debate o oficialismo e seus agentes estalinistas, que se apresentaram defendendo um documento abertamente pró-governamental em nome do COD-Cochabamba (Central Operária Departamental de Cochabamba).

O Congresso não pôde superar as graves confusões do documento mineiro aprovado por consenso. A confusão principal e a contradição estão em que, partindo da colocação correta de que as tarefas democráticas não cumpridas pelo governo do MAS (industrialização do país, reativação do aparato produtivo, nacionalização efetiva do setor de combustíveis, nacionalização da mineração privada, etc.) deveriam passar para as mãos do proletariado e do “governo operário e camponês” para que sejam plenamente, cumpridas, no entanto, logo em seguida, colocam a idéia de que – se desde o início – o movimento operário tivesse sido a força decisiva no interior do MAS, para empurrá-lo para posições mais radicais, teria alcançado o cumprimento destas tarefas e teria impulsionado as transformações para o socialismo. Depois, colocam outra idéia equivocada para justificar sua ruptura total com o governo do MAS, apontando para a urgência da construção do “instrumento político da COB” para tomar o poder e redirecionar o “processo de mudança”, que não é propriedade do MAS, mas sim de todos os explorados. Nesta colocação, encontra-se uma concepção antimarxista do partido revolucionário de que o



A mobilização e choque contra o governo levou o Congresso a aprovar resoluções antigovernistas, mas a direção formada é oficialista

partido pode ser criado da noite para o dia. Esta posição equivocada abre a possibilidade de manter na cabeça dos explora-

dos a ilusão de que, nas próximas eleições, quando Evo Morales estiver totalmente desgastado, eles podem tomar o poder por meios democráticos, reeditando a experiência do MAS.

Estas idéias confusas e reformistas são estranhas e contraditórias com o conjunto do documento dos mineiros de Huanuni, inspirados na “Tese Socialista” do IV Congresso da COB, de 1970, e tem uma clara filiação ideológica trotskista.

O POR procura entrar no debate sobre a correta caracterização da natureza de classe do governo do MAS como burguês e reacionário, porque respeita e defende a propriedade privada dos grandes meios de produção e porque maneja as teses de que podem conviver “recíproca e complementarmente” várias formas de propriedade no país e expressam socialmente na burguesia (grande propriedade), na imensa massa de pequenos proprietários (pequena propriedade), na comunidade indígena (propriedade comunal) e no proletariado (sem propriedade), negando assim a luta de classes e juntando-se as teorias do imperialismo a este respeito.

Não se pôde aprofundar o debate devido às limitações de tempo e à fadiga dos delegados. O congresso iniciou na quinta-feira, 19 de janeiro, e concluiu com seus delegados exaustos, no domingo, 22 de janeiro. No final, os delegados já não queriam

ouvir nem mesmo o proponente da tese mineira e contavam os minutos para a conclusão das deliberações, muitos deles já com a mochila nas costas.

Na eleição do novo Comitê Executivo da COB, todos tropeçaram na dura realidade: estão ausentes os quadros que podem encarnar o documento radical aprovado. Existe uma convicção de que o candidato Trujillo de Huanuni é uma peça do governo. Os mineiros das minas privadas se revoltaram. Realizou-se uma tortuosa plenária dos mineiros, onde a delegação de Huanuni impõe seus candidatos, cumprindo um mandato orgânico de uma assembléia. Os delegados das minas privadas exigem todos os postos do Comitê Executivo do COB que lhes correspondem. Os outros setores vivem a mesma experiência, o que se tornou um terreno fértil para as manobras dos governistas, e o Congresso, inevitavelmente, acabou elegendo uma direção predominantemente oficialista.

O POR cumpriu a sua tarefa de defender a tradição revolucionária do proletariado boliviano, editou uma publicação diária (Independência Política), definindo o ritmo da discussão e, sem dúvida, saiu fortalecido abrindo grandes possibilidades para o trabalho político, principalmente no setor mineiro.

(Extraído do “Masas” boliviano, Nº 2250, de 27/1/12)

Bolívia: Os “descolonizadores” colonizam a “justiça comunitária” Na Lei de Jurisdições Distintas Falta Poderes à Justiça Indígena

Segundo a nova Constituição do Estado Plurinacional, se reconhece o pluralismo jurídico, a existência paralela da Justiça comum e da Justiça comunitária, ambas as jurisdições iguais em hierarquia. Esta mudança constitucional foi demonstrada pelos líderes do MAS como uma das concretizações básicas do processo de descolonização do país. Pela primeira vez – dizem os teóricos governistas – os povos indígenas são reconhecidos em suas práticas ancestrais de administrar a justiça, em muitos casos, mais sábias e justas, que a lei ordinária.

Contraditoriamente, a mesma Constituição estabelece a necessidade de regulamentar quais são os domínios tanto da justiça comum como da comunitária. Essa função cumpre a “Lei de Jurisdição Distinta”, que assinala quais são os poderes de ambas as esferas da justiça. Ao tentar reservar certos poderes para subtrair o mesmo da outra, ao contrário da afirmação de que ambos estão no mesmo plano hierárquico, acaba havendo uma discriminação contra a “justiça comunitária”. Segundo Liborio Uño Acebo, Diretor do Programa de Direito das Nações Originárias da Universidade Maior de San Andrés (UMSA), e Marco Mendoza, advogado especializado em direito indígena, a “Lei de Jurisdição Distinta” constitui um retrocesso em relação à constitucionalização da justiça comunitária.

Para esses pesquisadores, a “Lei de Jurisdição Distinta” coloca limites na capacidade dos povos indígenas de “resolver os casos para os quais, ancestralmente, eram facultados.” Trata-se, portanto, de um caso claro de discriminação quando se considera que estes povos não desenvolveram a maturidade para tratar certos casos da prática jurídica, no campo do direito

penal, a capacidade de julgar os crimes de estupro, assassinato, crimes de drogas, e assim por diante. Assinalam que tampouco podem julgar problemas do setor agrário, do direito tributário, dos hidrocarbonetos e outros.

Outra coisa é que esses povos no passado, tratando-se dos casos anteriores, impunham penas tão bárbaras que hoje contrariariam a sensibilidade dos “civilizados”. Não podem aceitar que o conceito de justiça que tinham e que hoje têm obedeça ao grau de desenvolvimento das forças produtivas destas tribos, da forma como produzam e vivam. Por exemplo, os incas e os povos que os seguiram, não toleravam a mulher promíscua punindo-a geralmente com uma morte tempestuosa enquanto eram compreensivos com a promiscuidade e a infidelidade masculina.

Se se trata de respeitar as práticas da justiça comunitária e colocar no mesmo patamar hierárquico que a justiça ordinária, o que se deve fazer é não adulterá-la, não amputar suas competências com truques que não vêm ao caso. Os masistas são impostores, como por exemplo, quando teorizam que a justiça originária não punia com a morte, sendo que esta prática foi e é comum nas comunidades indígenas, cuja influência se generalizou nas capitais provinciais e nos subúrbios das cidades na forma do linchamento.

A “Lei de Jurisdição Distinta” termina violentando as práticas das nações oprimidas e termina reduzindo-a a pequenas causas ou chicotadas inofensivas ou castigos morais.

(Extraído do Masas Nº 2251 de 3/02/2012)

Bolívia: o Legislativo prioriza a necessidade de aprovar uma lei que regula a “consulta prévia” aos povos indígenas

Os Indígenas se convertem em um obstáculo à política entreguista do governo

Os interesses particulares das regiões e dos povos indígenas colocam em xeque o governo entreguista. Confirma-se mais uma vez que a Bolívia é palco de profundas contradições entre seus interesses particulares e os do Estado. O governo pretende reverter esta realidade mediante a anulação da “consulta prévia”.

Como parte da política demagógica do governo do MAS, a Assembléia Constituinte incorporou o mecanismo de “consulta prévia e informada” para os povos indígenas no artigo três do capítulo quatro da Constituição do Estado Plurinacional, como um dos direitos invioláveis dos povos indígenas. De acordo com esse dispositivo constitucional, os povos indígenas originários devem ser consultados quando o Estado decidir explorar diretamente ou mediante concessão privada os recursos naturais (mineração e petróleo), construir novas estradas, concessões florestais, etc., na região onde habitam.

Imediatamente, os povos indígenas e camponeses interpretaram que esta disposição constitucional os faz proprietários dos recursos naturais de sua região, uma idéia que é reforçada pela Constituição quando esta observa que os “recursos naturais pertencem a todos os bolivianos”.

A partir da vigência da nova Constituição, se generalizou por todo o país conflitos contra as concessões de mineração e de petróleo, têm-se multiplicado as ocupações pelos povos indígenas a empresas de mineração, petróleo e contra a abertura de estradas. Recentemente, no caso de empresa Barrosquira, conseguiram que se reestatizasse um rico depósito mineral, considerado um dos maiores da Bolívia, exigindo seu direito deles mesmos o explorar. Atualmente, os conflitos mais significativos são: a consulta aos povos de TIPNIS, o caso de Takovo Mora no Chaco, a exploração de cobre em Coro Coro, a das comunidades indígenas no norte de La Paz sobre a exploração de petróleo, etc.

A atitude dos indígenas, cada vez mais hostil e generalizada, tem como objetivo conseguir das concessionárias o melhor possível para a região e do Estado e proteger o meio-ambiente

contra os efeitos nocivos gerados pela exploração de minerais e hidrocarbonetos. Por outro lado, cada vez mais se torna um sério obstáculo para a política entreguista do governo em favor das multinacionais e das empresas privadas nacionais.

Eventos recentes colocaram em situações incômodas o governo do MAS com referência à tão alardeada “segurança jurídica”, exigida pelos investidores, mostrando o país como o mais inseguro para os investimentos privados nacional e internacional.

Deputados e senadores governistas anunciaram que uma das prioridades do Parlamento é a discussão de uma lei que regulamente o mecanismo de “consulta prévia e informada”. Não há dúvidas de que esta lei será destinada a reduzir a nada os direitos dos indígenas, sob os argumentos de que os recursos naturais são propriedade do Estado. E que interesses particulares não podem contrapor-se aos gerais, a fim de ter as mãos livres para executar uma desenfreada política entreguista e pró-imperialista.

Neste problema, novamente salta à vista a contradição entre os interesses regionais e do Estado. Entre a particularidade e a totalidade. Fato que mais uma vez mostra a falácia dos fundamentos que expressam a nova Constituição e a reforma educativa “Siñani – Perez” sobre a convivência harmônica, recíproca e complementar das diversidades. A realidade é contraditória e extremamente complexa, onde os interesses das regiões e dos povos são colocados uns contra os outros de modo beligerante entre si e destes contra o Estado.

A política revolucionária, que reivindica a autodeterminação das nações oprimidas, deve defender os direitos das nações originárias até as suas últimas conseqüências. A política demagógica e oportunista do MAS, com relação à aplicação de medidas democráticas como a “consulta prévia”, está condenada a recuar quando estas se chocam com os interesses do imperialismo.

(Extraído do Masas Nº 2251 de 3/02/2012)

Cenário da crise na Europa em 2012

Os dados do primeiro mês de janeiro não deixam dúvida quanto à extensão da crise na Europa. As principais economias do bloco europeu preveem crescimento próximo a zero, mais medidas de austeridade fiscal e aumento dos desequilíbrios regionais. Em meio a esses prognósticos, a 17ª Cúpula da União Europeia, em 30 de janeiro, aprovou o “pacto fiscal” defendido formalmente pela chanceler alemã Angela Merkel, que subordina ainda mais as economias nacionais às diretrizes do Banco Central Europeu e aos ditames do capital especulativo vinculados às economias alemã e francesa.

França: mais cortes de gastos e recessão à frente

Ainda em 2011, o governo de Sarkozy anunciou que a previsão de crescimento para 2012 seria revista de 1,75% para 1%. Essa revisão acompanhava os cortes e aumento de impostos

relacionados para os próximos anos.

O pacote apresentado em novembro estabeleceu metas até 2016. A previsão é economizar 65 bilhões de euros nos próximos 5 anos. Entre as medidas, figuram: antecipar a implementação da Reforma da Previdência em um ano, aumentar impostos e congelar o salário do funcionalismo.

Ainda que em acordo com o governo Alemão, a França encontra-se mais enfraquecida em virtude de seu déficit orçamentário, de sua dívida soberana e da pressão das centrais reformistas que, desde 2010, têm chamado paralisações, greves gerais e manifestações em todo o país.

No início de janeiro, a chamada nota de crédito do país foi rebaixada de AAA para AA pela agência “Standard & Poor”, evidenciando que o capital financeiro ditará com mais força a política francesa, a segunda mais importante da zona do euro.

Recessão e desemprego na Espanha

“Técnicamente”, como afirmam os economistas burgueses, a recessão espanhola só será afirmada no final do 1º trimestre de 2012, mas é sabido que, no último trimestre de 2011, o PIB se contraiu além do esperado. A previsão é de um decréscimo em torno de 3% em relação a 2010.

Alguns fatores confirmam a situação recessiva. O déficit público em 2011 não diminuiu, ao contrário, houve um aumento, chegando a 8% do PIB. Não obstante tal realidade, o Ministro da Fazenda, Cristóbal Montoro, assumiu a meta de reduzir o déficit em 2012 para 4,4% do PIB e para 3% em 2013. Evidentemente, trata-se de metas impossíveis de serem alcançadas, objetivam, na realidade, aumentar as medidas de austeridade (cortes de gastos, reformas e privatizações já em curso na última década).

Entre as grandes economias do bloco europeu, a Espanha é a que apresenta a pior situação econômica e social. O desemprego atingiu novo recorde no último bimestre do ano, chegando a taxa oficial de 22,9%. Os mais atingidos por esse desemprego é a juventude entre 15 e 24 anos, que tem três vezes mais chance de se manter desempregada do que o restante da população economicamente ativa.

Não há, portanto, perspectiva de melhora no país. As discussões que ocorreram na última Cúpula da UE, embora tenham levantado a questão do desemprego crescente no bloco (em torno de 10,4% na zona do euro), não chegaram a qualquer medida concreta. Além do pacto fiscal, a outra medida aprovada foi a de manter um fundo de ajuda aos países e instituições de 500 bilhões de euros. Ou seja, mais dinheiro para os capitalistas e mais ataque à vida das massas.

Crise italiana e política para o capital financeiro

Não só Grécia, Portugal e outros países com economias menores tiveram de se adequar para entrar na zona do euro. Itália é um exemplo de grande economia, altamente industrializada, que a partir dos anos 80 teve de adotar uma política de juros elevados para garantir a diminuição da inflação e manter a sua moeda local (até 1998, a lira) próxima ao valor das demais moedas do bloco.

A taxa oficial de juros em 1992, por exemplo, chegou a 15%, valor que só é comparável a de países atrasados como o Brasil. Essa elevação da taxa de juros que se manteve por quase 20 anos representou uma sobrecarga sobre os juros da dívida pública. Ao mesmo tempo, essa elevada taxa de juros afetou a economia nacional que apresentou em todo período, que compreende os anos de 1980 a 1993, a menor taxa média de crescimento na região, algo em torno de 2,1%. Com taxas de juros elevadas e menor crescimento, a dívida pública chegou aos patamares atuais, cerca de 120% do PIB. O peso do pagamento dos juros da dívida só cresceu no período: em 1980, representava menos de 4%; em 1994, já chegava a 12% do Produto Interno Bruto.

Esses desequilíbrios, mesmo entre os países mais industrializados, demonstra o caráter reacionário dos blocos econômicos na época imperialista: em vez de proporcionar um desenvolvimento geral das nações, impulsiona alguns países (como Alemanha) em detrimento da destruição de forças produtivas em outras economias (como Espanha).

O parasitismo na Grécia

Em torno da dívida grega, as Bolsas de todo mundo tem oscilado desde o início do ano. O acordo com os credores privados levou a reanimamentos temporários e quedas bruscas, dia após dia. O calote grego foi evitado por uma ação conjunta do BCE, FMI e países como França e Alemanha. Em 27 de janeiro, os credores privados, como bancos, “perdoaram” o equivalente a 100 bilhões de euros da dívida grega. No mesmo dia, através do presidente francês, ficou-se sabendo que os líderes europeus acertaram também o aumento do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira para 1 trilhão de euros (atualmente em 440 bilhões). Isto é, enquanto os banqueiros “perdoavam” 100 bilhões, os governos acenavam com mais 500 bilhões de “ajuda”.

Na verdade, o parasitismo mantém-se mesmo na economia mais fragilidade da Europa. No final das contas, o que os bancos perdem de um lado, ganham de outro. Mantém-se a política de ajuda aos governos e instituições financeiras com dificuldades em honrar suas dívidas. Preserva-se intacta a política de queimar riquezas acumuladas para sustentar o parasitismo dos negócios burgueses. O calote é contido, enquanto a população grega e europeia paga pela manutenção das dívidas existentes.

Os bilhões que chegaram ao governo grego, através do FMI e do BCE, voltarão para os banqueiros, o que não significa que a sangria será contida. A recessão grega se transformará em depressão, o que não retira do cenário ainda o “default” da dívida soberana.

Resposta das massas permanece: Greve geral na Bélgica evidencia o choque

No mesmo dia da Cúpula da UE, as centrais sindicais belgas chamaram uma greve geral por 24 horas. A greve atingiu todo o setor de transportes, paralisando o país, mas também alcançou o funcionalismo ligado aos bancos, aos hospitais, às escolas, entre outros.

Além da paralisação por 24 horas, houve intenso movimento de bloqueios e piquetes de avenidas. Em 22 de dezembro de 2011, já havia ocorrido uma greve com caráter nacional, mas que atingiu apenas o setor dos transportes. A greve de 30 de janeiro ganhou maior intensidade e outros trabalhadores nela se incorporaram.

Segundo informações do Banco Central da Bélgica, o país também entrou em recessão, pois no último trimestre de 2011 houve um encolhimento de 0,2% em relação ao trimestre anterior, e este apresentou uma queda de 0,1% em relação ao segundo trimestre. Portanto, por três trimestres consecutivos ocorreu uma retração do PIB, o resultado, no entanto, não representou no conjunto do ano um decréscimo do PIB em relação a 2010. Segundo o Banco Central, o país cresceu 1,9% em 2011 e 2,3% em 2010. A previsão é que o crescimento de 2012 seja de 0,5%.

Esses dados, mais a situação de dívida pública belga que estava em 97,2% em 2011 e que irá subir esse ano para cima dos 100% do PIB, tem sido o instrumento para o governo belga atuar também com uma política de contenção de gastos e austeridade fiscal, atingindo em cheio os programas sociais e os direitos dos trabalhadores. A resposta, ainda que tardia

das Centrais, se materializou nessa greve no dia 30 de janeiro. A tendência é que mais mobilizações ocorram por pressão das bases e que os trabalhadores belgas se juntem às mobilizações continentais que têm despertado as massas em toda a Europa.

Resposta proletária ou barbárie capitalista

Acentua-se nesse quadro geral o papel do capital financeiro em ditar as políticas das economias nacionais. As fronteiras se despedaçam em meio ao turbilhão que agita toda a economia europeia. A posição contrária da Inglaterra em relação à política adotada por Alemanha e França expressa um choque interimperialista: trata-se de uma poderosa economia que não adotou o Euro e se vê constrangida pelos acordos firmados por cima dos mercados nacionais.

Não há dúvida de que os novos pacotes de ajustes fiscais e contenção de gastos não resultaram em melhoria geral do quadro econômico. Ao contrário, também acentuaram os desequilíbrios regionais e perpetuaram por mais alguns anos a destruição das economias mais frágeis. Não está descartada a falência da zona do Euro (que comporta 17 países), o que não significa dizer que todos pagarão a mesma conta. Alemanha aparece ditando as regras e impondo aos demais países a receita do bolo. É acompanhada pela França, mas sem os choques internos que esse país enfrenta.

Destaca-se que esses choques tendem a ultrapassar as

fronteiras nacionais. Novas mobilizações continentais, como as vistas em 2010, devem se repetir. Prevalece, entretanto, a política pequeno-burguesa, reformista, que apresenta como saída a via parlamentar e eleitoral. A classe operária tem parecido às maiores mobilizações sem uma política independente. A juventude, forçada pelas condições de pobreza e desemprego, atua de forma radicalizada e unificada, mas sem uma política proletária. É necessário forjar a resposta proletária, que representaria imediatamente o não pagamento de toda dívida nacional, o fim da destruição de direitos sociais e a defesa das bandeiras contrárias ao desemprego, como a escala móvel das horas de trabalho. Essas reivindicações devem estar ligadas à estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

A plataforma de luta liga-se aos meios também para conquistá-los. As greves parciais ou por tempo determinado desgastam o movimento e servem para os governos ganharem fôlego para aprovarem as medidas anunciadas. É preciso superar o entrave das burocracias sindicais e a desorganização geral das massas. A necessidade de reconstrução da IV Internacional e dos partidos revolucionários em cada país torna-se mais evidente. A crise de direção arrastará às massas para a barbárie capitalista: mais desemprego, mais pobreza e maior exploração do trabalho ficarão como saldo desse período. Cabe à classe operária forjar o seu partido e o seu programa.

Síria

Somente o povo sírio pode derrubar a ditadura de Bashar Assad Fora Catherine Ashton do Brasil

Está prevista a vinda da Comissária de Relações Exteriores da União Européia ao Brasil, a inglesa Catherine Ashton. O objetivo é pressionar o governo de Dilma Rousseff a se alinhar com as potências no Conselho de Segurança da ONU para aprovar uma moção de condenação do governo sírio de Bashar Assad.

Ainda está viva na memória a intervenção militar do imperialismo na Líbia. Primeiro se condena o ditador em nome dos direitos humanos, depois se envia a máquina de guerra dos Estados Unidos, França e Inglaterra.

A Rússia resiste a essa ofensiva, uma vez que seu governo receia perder um de seus aliados e ajudar o imperialismo norte-americano a fortalecer seu poderio militar na região. A China cultiva os mesmos temores estratégicos. O Brasil, África do Sul e a Índia têm procurado a neutralidade, levantando a bandeira de solução negociada.

Conforme crescem as pressões das potências, esses países tendem a ceder, mantendo-se em posição crítica. Assim se passou com a resolução da ONU que permitiu a intervenção. Aprovou-se uma “área de exclusão aérea” com o objetivo de defender os civis contra a ditadura de Kadafi, que imediata-

mente evidenciou seu real objetivo intervencionista. Até hoje, não se sabe quantos civis foram mortos pelos bombardeios da OTAN.

O regime de Kadafi somente foi derrubado pelos opositores devido à operação de guerra desfechada pelas potências. O mesmo caminho vem sendo montado pelos Estados Unidos em relação à Síria.

As dificuldades estratégicas e as inconveniências políticas de se lançar a OTAN contra o governo de Assad são muito superiores às da Líbia. Acrescenta-se a elas a experiência que se desprende da ação militar que culminou com a derrubada e assassinato de Kadafi. No entanto, as tendências bélicas que se potenciam com a crise mundial do capitalismo são poderosas e impelem o imperialismo a interferir nas crises revolucionárias usando a via militar.

A Comissária Ashton vem ao Brasil para convencer Dilma de que não há outra solução senão fazer o mesmo que se fez com a Líbia. Um voto do Brasil contra Assad ajudaria a isolar a Rússia e China, de um lado, e a deslocar a Índia e a África do Sul, de outro. Os trabalhadores e a juventude, portanto, devem rechaçar a agente do imperialismo e defender a autodeterminação das nações oprimidas.

Bloqueio ao petróleo do Irã, mais um passo rumo à guerra

Os Estados Unidos decidiram um bloqueio às importações de petróleo do Irã. A União Européia unanimemente aderiu à medida. Não bastando, consta dos objetivos do imperialismo congelar as finanças do Banco Central do Irã. São ações complementares.

Estima-se que o boicote às importações do óleo pelos países europeus não será suficiente a curto prazo para desorganizar a economia iraniana. O seu maior importador é a China, que reluta em seguir os passos dos Estados Unidos. Caso o faça, estará colocando no pescoço, com suas próprias mãos, a força, que servirá no futuro próximo ao imperialismo.

Caso o governo do Irã não capitule perante as exigências de acabar com o seu programa nuclear, congelam-se os ativos do Banco Central e inviabilizam-se as transações financeiras com boa parte dos países.

Observa-se que essa nova ofensiva foi tomada à margem do Conselho de Segurança da ONU. Para o bloqueio econômico, não é preciso envolver negociações, que certamente contariam com a oposição da China, Rússia, etc. Os Estados Unidos, de fato, atuam por cima de qualquer uma das nações. Recordemos que a invasão do Iraque em março de 2003 se deu tão-somente pela aliança dos Estados Unidos e Inglaterra, que mandaram a ONU às favas. Por que a Casa Branca iria acioná-la, se agora conta com o alinhamento dos 27 países da União Européia?

Os militares iranianos da Guarda Revolucionária ameaçaram bloquear o Estreito de Ormuz, por onde passam os navios petroleiros da região, responsáveis por 35% do abastecimento mundial. Imediatamente, os Estados Unidos e Inglaterra deslocaram navios de guerra para Ormuz. A demonstração do poder militar pelo imperialismo está de acordo com o clima de guerra criado por Israel nos últimos meses contra o Irã.

As potências pretendem que os iranianos – nesse caso, não só a burguesia e seu governo, mas todo o povo – suportem o esmagamento econômico sem esboçar qualquer reação de autodefesa, como seria o fechamento do Estreito de Ormuz.

O petróleo é a principal fonte de recurso do país persa. Ao cortá-la, o imperialismo espera aumentar as dificuldades internas e assim potenciar a oposição pró-imperialista. Trata-se de um passo voltado a derrubar o governo nacionalista dos aiatolás. Mas se essa via não se confirmar, os Estados Unidos, o bando colonialista europeu e os sionistas de Israel vão à guerra. *Estão decididos a não permitir que um país semicolonial detentor de petróleo ganhe poderio nuclear, ainda que infinitamente inferior ao de Israel.*

As potências necessitam dessa fonte de energia; e seus ricos negócios multinacionais com a indústria do petróleo não podem ser cerceados por uma nação oprimida. Na região, a burguesia norte-americana controla os grandes produtores de petróleo, como a Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Kuwait, Catar.

Até 2003, o Iraque exercia soberania sobre o petróleo, ga-

rantida pelo regime nacionalista de Saddam Hussein. A estratégia de George W. Bush era de controlar o país e em seguida impor as condições de sobrevivência ao regime iraniano. Porém, a resistência do povo iraquiano impossibilitou o avanço dos Estados Unidos sobre o Irã. O que não eliminou o conflito e não desfez o objetivo intervencionista do imperialismo, secundado por seu enclave no Oriente Médio, que é o Estado sionista de Israel.

Obama, assim que foi eleito, levantou a bandeira de solução negociada, porém o governo iraniano não se dispôs a “negociar” o direito de autodeterminação. O Brasil, com Lula à frente, se arvorou como um novo protagonista das soluções negociadas. Foi desautorizado por Obama e saiu desmoralizado do episódio.

As regras sobre quem pode e quem não pode desenvolver a energia nuclear, ao ponto de obter a tecnologia capaz de criar armas atômicas, se colocam acima da autodeterminação das nações. No caso, acima das nações semicoloniais, como o Irã, Brasil, Argentina, capacitadas a enriquecer o urânio a 90%.

Os levantes de massa nos países árabes e a intervenção militar da coligação imperialista na Líbia obrigaram os Estados Unidos a reduzirem momentaneamente a ofensiva contra o Irã. Derrubado o governo de Muamar Kadafi e recuada a OTAN, o retorno da ofensiva foi assinalada com a ameaça de Israel de bombardear as instalações nucleares do Irã.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) que estava quietinha foi acionada, publicando um novo relatório com as cores escolhidas pelas potências. As sabotagens se intensificaram, indo do assassinato de cientistas a destruição de programas por meio de ataque de hackers. No dia 11 de janeiro, o diretor da Usina de Natanz foi assassinado por um atentado a bomba. As provocações do imperialismo não têm limites. Ocorre que se está à procura de obter as condições para que o regime dos aiatolás capitule ou enfrente uma guerra.

Não são poucos os perigos de uma intervenção militar no Irã. Mas o maior deles é que acabe por impulsionar um levante das nações oprimidas do Oriente Médio contra o imperialismo. O que provavelmente não resultaria de uma decisão dos governos pró-imperialistas, mas sim das massas oprimidas. Eis por que é fundamental popularizar entre os explorados, partido da classe operária, a bandeira de **AUTODETERMINAÇÃO DAS NAÇÕES OPRIMIDAS e o DIREITO DO IRÃ DESENVOLVER LIVREMENTE SEU PROGRAMA NUCLEAR, INCLUINDO OS ARMAMENTOS**. Ao mesmo tempo, denunciar o monopólio do armamento nuclear pelo imperialismo e suas tendências bélicas. Mas é essencial demonstrar que o proletariado defende a autodeterminação das nações oprimidas como bandeira democrática e antiimperialista, que está vinculada à tarefa histórica de destruição do capitalismo e de construção do socialismo, que possibilitará erradicar as armas e as guerras.